

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

RODRIGO DA SILVA

REVISÃO SISTEMÁTICA DE ESTUDOS SOBRE PERFIS MINISTERIAIS EM
SISTEMAS PRESIDENCIALISTAS LATINO-AMERICANOS

CURITIBA
2022

RODRIGO DA SILVA

REVISÃO SISTEMÁTICA DE ESTUDOS SOBRE PERFIS MINISTERIAIS EM
SISTEMAS PRESIDENCIALISTAS LATINO-AMERICANOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política, do Departamento de Ciência Política, Setor de Ciências Humanas, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Adriano Nervo Codato
Linha de Pesquisa: Elites Políticas

CURITIBA
2022

FICHA CATALOGRÁFICA

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Silva, Rodrigo da

Revisão sistemática de estudos sobre perfis ministeriais em sistemas presidencialistas latino-americanos / Rodrigo da Silva. – Curitiba, 2022.

1 recurso on-line : PDF.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Adriano Nervo Codato.

1. Ciências políticas. 2. Presidencialismo latino-americano. 3. Gabinetes ministeriais. I. Codato, Adriano Nervo, 1965. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. III. Título.

Bibliotecária: Romilda Aparecida dos Santos CRB-9/1214

ATA SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE MESTRADO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO CIÊNCIA POLÍTICA -
40001016061P2

ATA Nº01

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE MESTRADO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM CIÊNCIA POLÍTICA

No dia quatorze de março de dois mil e vinte e dois às 14:30 horas, na sala (via remota), online, foram instaladas as atividades pertinentes ao rito de defesa de dissertação do mestrando **RODRIGO DA SILVA**, intitulada: **REVISÃO SISTEMÁTICA DE ESTUDOS SOBRE PERFIS MINISTERIAIS EM SISTEMAS PRESIDENCIALISTAS LATINO-AMERICANOS**, sob orientação do Prof. Dr. ADRIANO NERVO CODATO. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação CIÊNCIA POLÍTICA da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: ADRIANO NERVO CODATO (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), MARIANA BATISTA DA SILVA (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO), MAGNA MARIA INÁCIO (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS). A presidência iniciou os ritos definidos pelo Colegiado do Programa e, após exarados os pareceres dos membros do comitê examinador e da respectiva contra argumentação, ocorreu a leitura do parecer final da banca examinadora, que decidiu pela APROVAÇÃO. Este resultado deverá ser homologado pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais definidos pelo programa. A outorga de título de mestre está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, ADRIANO NERVO CODATO, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais membros da Comissão Examinadora.

Observações: A banca atribuiu nota 94,00 (noventa e quatro) à dissertação.

CURITIBA, 14 de Março de 2022.

Assinatura Eletrônica

14/03/2022 17:58:00.0

ADRIANO NERVO CODATO

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

14/03/2022 18:06:10.0

MARIANA BATISTA DA SILVA

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO)

Assinatura Eletrônica

14/03/2022 18:16:42.0

MAGNA MARIA INÁCIO

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS)

General Carneiro, 460 - 5º andar - sala 517 - CURITIBA - Paraná - Brasil
CEP 80060-150 - Tel: (41) 3360-5233 - E-mail: ppgcpufpr@gmail.com

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 164250

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp>
e insira o código 164250

TERMO DE APROVAÇÃO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO CIÊNCIA POLÍTICA -
40001016061P2

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação CIÊNCIA POLÍTICA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **RODRIGO DA SILVA** intitulada: **REVISÃO SISTEMÁTICA DE ESTUDOS SOBRE PERFIS MINISTERIAIS EM SISTEMAS PRESIDENCIALISTAS LATINO-AMERICANOS**, sob orientação do Prof. Dr. ADRIANO NERVO CODATO, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 14 de Março de 2022.

Assinatura Eletrônica

14/03/2022 17:58:00.0

ADRIANO NERVO CODATO

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

14/03/2022 18:06:10.0

MARIANA BATISTA DA SILVA

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO)

Assinatura Eletrônica

14/03/2022 18:16:42.0

MAGNA MARIA INÁCIO

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS)

General Carneiro, 460 - 5º andar - sala 517 - CURITIBA - Paraná - Brasil
CEP 80060-150 - Tel: (41) 3360-5233 - E-mail: ppgcpufpr@gmail.com

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 164250

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp>
e insira o código 164250

Para
Lúcia, Ideraldo e Bruna
Sofia e
Gabriela

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação, mais especificamente este Mestrado, é fruto de um longo processo de mudança – acompanhado por uma pandemia, seguida de umas tantas alegrias, mas também de luto e de um bocado de sofrimento –pelos quais passei nos últimos dois anos, quando decidi mudar o caminho que vinha percorrendo e escolhi ser aluno de um curso de pós-graduação em Ciência política. Não sabia ao certo o que me reservaria, quando busquei as aulas de Política brasileira do professor Adriano Codato.

Para chegar até aqui foram muitos com os quais pude contar. A jornada não foi fácil, mas demonstrou-se das mais significativas que vivi no universo acadêmico e, talvez, da vida. Cabe-me, portanto, agradecer e deixar o registro àqueles que contribuíram comigo nesse período de formação.

Deixo meu registro à amiga e ex-professora Sueli Cagneti, com a qual, há 15 anos, em minha primeira graduação (Letras) tive a oportunidade, pela primeira vez, de aprender a pesquisar, a escrever e a publicar. Não fosse o grupo de pesquisa e extensão da Univille, não fosse a literatura, o cinema, as artes, a busca de entender o mudo pela linguagem, não fosse o estudo (e a fruição) da tão significativa e rica literatura infanto-juvenil, não teria chegado até aqui. Os caminhos nos levaram a escolhas distintas, mesmo que, vira e mexe, nos cruzemos por aí, mas a experiência (e a amizade), esta sempre caminha comigo e serei sempre grato!

Nas idas e vinhas de tentar seguir e encontrar um novo caminho profissional, passei pelo curso de História e fiz lá amigos com os quais tive experiências muito significativas. A História me deu uma amplitude de leituras e discussões do mundo que foram essenciais para me tornar quem sou. Seria injusto citar um nome, mas meus amigos queridos de lá, sejam professores ou os colegas de turma estarão na memória e nos encontros, que a pandemia nos furtou, mas que têm voltado a acontecer. São amigos para a vida.

Nas tentativas de percorrer um caminho acadêmico, cheguei à UFPR, quando chegou ao mundo a pandemia. Os planos de “viver” na universidade foram substituídos por inúmeras horas de aulas remotas, que se estenderam, devido ao cenário, até o fim do curso. Durante um ano e meio, não conheci os colegas, professores – alguns não conheço pessoalmente até hoje. Mas aprendi muito. Li muito e tentei me dedicar a esta nova fase da vida, como talvez não o tenha feito em outros momentos. Publicamos, organizamos eventos, viajamos a congressos – de carro! à Argentina para participar de um congresso presencial (SAAP) – foi uma aventura e uma experiência maravilhosas. Antes de falar de meus companheiros de pesquisa no dia a dia do mestrado, não poderia deixar de mencionar os alunos da turma de 2019 que me acolheram

como aluno especial às sextas à tarde lá na Reitoria. Não citarei nomes para não deixar ninguém de fora, mas deixo meu obrigado pelos conselhos, pelos fichamentos, por me acalmarem durante o processo seletivo, pelas conversas no café, quando podíamos nos dar a esse luxo. Muitos tomaram rumos distintos; outros continuam no programa e nos veremos por aí.

Dos que estiveram juntos, não poderia deixar de agradecer nominalmente a nosso grupo e aqueles que estiveram mais de perto nesse processo. Ao Vitor Pimenta, agradeço todas as trocas de experiências e auxílios que tivemos. Só tenho a agradecer por sua parceria e competência; ao Rafael Perich, amigo de prontidão para resolver as demandas tecnológicas e metodológicas, além de nos informar de toda política da vida real, todo meu agradecimento; ao camarada Nilton Sainz, entusiasta e promotor de trabalhos e eventos – saiu edital novo e ele já está pronto para escrevermos mais um *paper* – toda minha gratidão pela troca de experiência na escrita, pela avaliação dos meus trabalhos e ideias, pelo comprometimento de sempre; à Gabryela, nossa Gaby, meu abraço bem apertado – até porque com ela, só se for com abraço – por todo o carinho, pelo incentivo, pelas parcerias de escrita e de muitas, mas muitas risadas, pela ajuda pontual de todos os momentos. Só tenho a agradecer imensamente. À Amanda Sangalli externo toda minha gratidão pela parceria incansável que tivemos no ano de 2021. Pontual, dedicada, comprometida e crítica, estava sempre pronta a ler um texto, a avaliar, a incentivar, a acalmar nos momentos mais difíceis. Toda minha gratidão e carinho, porque sem sua parceria, este mestrado não teria sido o mesmo. Muito obrigado!

Ainda pelos corredores (mesmo que virtual), não poderia deixar de agradecer ao professor Lucas Máximo, com quem pude aprender sobre o funcionamento da Revista de Sociologia e Política, lugar pelo qual passei e pretendo passar bons momentos. A divulgação científica, por meio do periódico, tornou-se um prazer, que pretendo levar concomitante à minha carreira. Ademais, Lucas foi um grande parceiro na minha ida à Uninter para – conjuntamente com o mestrado – realizar uma terceira graduação, a de Ciência Política. Muito obrigado pelo incentivo e pelo acolhimento. Em breve, dentro de dois meses, acabo o curso, que, sem dúvida, me permitiu a profissionalização, a fim de me tornar um Cientista político. Foi um feito e sou muito grato por isso.

Nos encontros da revista e em outros momentos, tive a oportunidade de conviver com o professor Augusto Clemente, sempre disposto a uma palavra, com quem pude aprender um bocado. Aproveito para agradecer aos professores com quem pude ter aulas, Rodrigo Horochvski, Bruno Bolognesi, Alexsandro Pereira, Renato Perissinotto e Rafael Sampaio, incentivador de nossa proposta da Escola de métodos. Muito obrigado a todos pela oportunidade de aprender com vocês.

Comecei dizendo que não saberia o que iria encontrar quando vim para a disciplina de Política brasileira. Encontrei, além de toda turma, o professor que acabou sendo meu orientador e com que pude ter uma experiência extraordinária. Atento e paciente, incentivador e acolhedor, foi excepcional ser aluno e orientado do professor Adriano Codato. Aprendi e aprendo muito com ele, a quem ouço atentamente os conselhos. Serei sempre grato pela paciência de fazer um historiador compreender seu objeto de estudo pelo viés da Ciência. Obrigado, professor!

Quero, por fim, agradecer àqueles a quem dediquei este trabalho. Primeiramente aos meus pais. Ao meu pai Ideraldo que me ensinou, pelo exemplo, a ler o jornal diariamente. Só posso agradecer. Nunca mais parei de ler. E de lá para cá, consegui chegar até aqui. À minha mãe, Lucia, batalhadora e carinhosa, toda minha gratidão pela dedicação com que nos criou. Mesmo quando teve de trabalhar e por vezes nos levar junto, pude aprender com a professora Marta, a dona da casa que ela cuidava. Foram experiências muito importantes para minha formação. Com vocês aprendi a ler o mundo. Mas a mais importante experiência que vocês nos deixaram, a mim e minha irmã Bruna, foi a liberdade de poder escolher o próprio caminho e seguir em frente. Muito obrigado!

À minha Sofia, filha querida, orgulho gigantesco, só posso dizer que é extraordinário ser seu pai. Trocar ideias, ouvi-la, vê-la ler vorazmente, a criticar e a comentar as coisas do mundo. Sua inteligência foi e é um incentivo para eu seguir. Obrigado pela compreensão, quando tive de estar atento a esta etapa, a este mestrado, e não pude estar presente. Saiba que estarei sempre aqui. Muito obrigado, filha!

À minha companheira Gabriela faltam-me expressões para agradecê-la. E tudo que disser, mesmo assim será pouco. Sem você, nenhum desses caminhos e tentativas teriam se realizado. Sem seu apoio, seu incentivo diário, sua garra e competência de seguirmos juntos, ajudando um ao outro, nada teria se concretizado. Você nunca me disse para não fazer. Pelo contrário, era e é a entusiasta de sempre nas minhas mais mirabolantes ideias. Junto desse processo todo, você também se tornou uma grande profissional, competente e dedicada, de quem eu tenho um orgulho e uma admiração imensos. Minha gratidão seguirá junto de mim sempre. Muito obrigado por dividir a vida comigo e por aceitar minhas ausências nesse processo todos. Seguiremos juntos e vencendo. Muito obrigado!

Aos que não por algum motivo não citei, deixo minha gratidão. Sem os amigos, sem a família, sem os professores, orientações e as trocas este trabalho não teria se realizado e eu não teria chegado até aqui. Mais uma vez: muito obrigado!

O correr da vida embrulha tudo; a vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem. Ser capaz de ficar alegre e mais alegre no meio da alegria, e ainda mais alegre no meio da tristeza...

Guimarães Rosa

RESUMO

A seleção de ministros de Estado é um tema recorrente nos estudos sobre formação de governos em sistemas presidencialistas. Na composição de gabinetes multipartidários, os estudos têm demonstrado que ministros são atores centrais em arranjos de coalizão em prol de apoio no Congresso Nacional. Em governos de partidos únicos, ministros, além de preferências e escolhas pessoais do presidente, atendem a interesses que envolvem outros interesses do chefe do executivo, para além da relação entre Executivo e Legislativo. Outro aspecto largamente abordado nesses trabalhos diz respeito aos perfis dos ministros. São objetos desses estudos a carreira prévia em relação aos atributos profissionais, à *expertise* ou não na área do ministério, bem como outros aspectos que influenciaram na escolha dos ministros. Propomos a seguinte pergunta de pesquisa: ministros de Estado recrutados em regimes presidencialistas latino-americanos possuem perfis distintos para as pastas que são recrutados? Utilizamos a Revisão sistemática como metodologia. A busca dos trabalhos, a partir de *string* específica, foi realizada em três bases indexadoras: Scopus, *Web of Science* (coleção principal) e SciELO *citation index* da base WoS, que ao final resultam em treze trabalhos elegíveis para análise. A compilação dos achados permite dizer que estudos de perfis são fundamentais e parte importante para a compressão dos mecanismos a que estão submetidos os gabinetes nos diferentes países da América Latina. Ademais, identificamos o uma “linha mestra” nos estudos, ou seja, uma preocupação que perpassa a quase totalidade dos trabalhos analisados, a de identificar o grau de politização ou não do ministro, além da preocupação com o nível de *expertise* em relação à pasta designada.

PALAVRAS-CHAVE: revisões sistemáticas de literatura; sistemas presidencialistas; seleção de ministros; gabinetes ministeriais, presidencialismo latino-americano.

ABSTRACT

Introduction: The selection of ministers of State is a recurring theme in studies on government formation in presidential systems. In the composition of multiparty cabinets, studies have shown that ministers are central actors in coalition arrangements in favor of support in the National Congress. In single-party governments, ministers, in addition to the president's personal preferences and choices, serve interests that involve other interests of the chief executive, in addition to the relationship between the Executive and the Legislature. Another aspect largely addressed in these works concerns the profiles of ministers. The objects of these studies are the previous career in relation to professional attributes, expertise or not in the ministry, as well as other aspects that influenced the choice of ministers. We propose the following research question: do ministers of State recruited in Latin American presidential regimes have different profiles for the portfolios they are recruited for? **Materials and methods:** We used the Systematic Review as a methodology. The search for works, based on a specific string, was carried out in three indexing databases: Scopus, Web of Science (main collection) and SciELO citation index from the WoS database, which resulted in three works eligible for analysis. **Results and discussions:** The compilation of findings allows us to say that profile studies are fundamental and an important part of understanding the mechanisms to which the offices in different Latin American countries are subject. In addition, we identified a "main line" in the studies, that is, a concern that permeates almost all the analyzed works, to identify the degree of politicization or not of the minister, in addition to the concern with the level of expertise in relation to the portfolio. designated.

KEYWORDS: systematic literature reviews; presidential systems; selection of ministers; ministerial offices, Latin American presidentialism.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – PRISMA-P	25
FIGURA 2 – DIAGRAMA DE VENN PARA OS TEXTOS SELECIONADOS.....	33
FIGURA 3 – MINISTROS POLÍTICOS E NÃO POLÍTICOS NOS GOVERNOS DO PT E PSDB.....	50
FIGURA 4 – MINISTROS COM E SEM FILIAÇÃO PARTIDÁRIA NOS GOVERNOS DO PT E PSDB.....	50
FIGURA 5 – PARTIDOS DOS MINISTROS DE “LA CONCERTACIÓN” DURANTE TODO O PERÍODO (1990-2010).....	57
FIGURA 6 – PROFISSÕES (%) NA COMPOSIÇÃO DOS MINISTÉRIOS DO PERU (2001-2014)	58
FIGURA 7 – GABINETES FORMADOS NO URUGUAI ENTRE 1985-2012.....	59

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – EVOLUÇÃO DO DEBATE SOBRE O PRESIDENCIALISMO E SELEÇÃO MINISTERIAL.....	17
QUADRO 2 – TIPOS DE REVISÕES DE LITERATURA.....	21
QUADRO 3 – STRINGS DE BUSCA EM DIFERENTES BASES DE DADOS.....	24
QUADRO 4 – OS TEXTOS RESULTANTES DAS BUSCAS SISTEMÁTICAS.....	26
QUADRO 5 – SÍNTESE DOS TEXTOS SELECIONADOS PARA ELABORAÇÃO DA REVISÃO SISTEMÁTICA (ELENCADOS POR ANO DE PUBLICAÇÃO).....	31
QUADRO 6 – ABORDAGENS METODOLÓGICAS ADOTADAS PELOS TRABALHOS SELECIONADOS	44
QUADRO 7 – COMPARAÇÃO ENTRE CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DA CATEGORIA POLÍTICO E NÃO POLÍTICO.....	51
QUADRO 8 – PRINCIPAIS ACHADOS EMPÍRICOS DOS TRABALHOS SELECIONADOS	53
QUADRO 9 – AS PRINCIPAIS CONCLUSÕES DOS TRABALHOS SELECIONADOS	61

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
1.1 O PROBLEMA DE PESQUISA	16
1.2 UM BALANÇO DA LITERATURA SOBRE PRESIDENCIALISMO LATINO-AMERICANO E A SELEÇÃO DE MINISTROS.....	16
1.3 POR QUE ESTUDAR ELITES POLÍTICAS MINISTERIAIS?	20
1.4 O QUE É E POR QUE UTILIZAR REVISÕES SISTEMÁTICAS?	21
2. MATERIAIS E MÉTODOS	25
2.1.2 <i>Critérios de inclusão e exclusão dos estudos buscados</i>	26
2.1.5 <i>A extração dos dados</i>	30
3. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	31
3.1 OS MODELOS DE GABINETES E OS CONTEXTOS DE CADA PAÍS	31
3.2 SÍNTESE E DISCUSSÃO DOS TRABALHOS SELECIONADOS	36
3.4 ANÁLISE DAS ABORDAGENS E ESCOLHAS METODOLÓGICAS ADOTADAS PELOS TRABALHOS	42
3.5 OS PRINCIPAIS ACHADOS EMPÍRICOS DOS TRABALHOS	52
3.5.1 A seleção de ministros no Brasil	52
3.5.2 A seleção de ministros na Argentina.....	55
3.5.3 A seleção de ministros no Chile	59
3.5.4 A seleção de ministros no Peru.....	60
3.5.4 A seleção de ministros no Uruguai	62
3.5.4 A seleção de ministros na Colômbia	63
3.6 As conclusões dos trabalhos	64
4 CONCLUSÕES	67
APÊNDICE 1 – DADOS BIBLIOMÉTRICOS	73
APÊNDICE 3. LISTA DE GOVERNOS ANALISADOS.....	75
REFERÊNCIAS.....	76

4 INTRODUÇÃO

4.1 O PROBLEMA DE PESQUISA

Este trabalho é uma revisão sistemática da literatura sobre perfis ministeriais, a partir da seguinte pergunta de pesquisa: ministros de Estado recrutados em regimes presidencialistas latino-americanos possuem perfis distintos para as pastas que são recrutados?

Para responder a essa questão, selecionamos 13 trabalhos¹ que tratam de perfis de ministros em seis países: Brasil, Chile, Uruguai, Peru, Colômbia e Argentina, cujos períodos de análise variam entre 1983 e 2014, inseridos no contexto pós-redemocratização.

Nosso objetivo é compreender se os perfis dos ministros e/ou dos gabinetes são diferentes e estão associados aos diferentes presidencialismos latino-americanos (multipartidários, de partido único, de coalizão etc.) a fim de analisar sistematicamente os resultados e compará-los.

4.2 UM BALANÇO DA LITERATURA SOBRE PRESIDENCIALISMO LATINO-AMERICANO E A SELEÇÃO DE MINISTROS

Ministros de Estado são responsáveis pelo assessoramento do presidente e dentre suas atribuições estão a de elaborar propostas de políticas públicas, gerenciar o orçamento designado à pasta, além de serem uma autoridade na área de jurisdição a qual foram designados (CAVALCANTE & PALOTTI, 2016).

Devido a suas atribuições devem ser, ao menos, conhecedores da área da pasta a qual ocupam e saber dialogar com os parlamentares para propor políticas com chances de aprovação. Por essa razão, são reconhecidos como figuras que permeiam espaços administrativos e políticos e, dessa forma, configuram como altos quadros da elite estatal em âmbito federal. Nessa perspectiva, gabinetes ministeriais são espaços almejados pelos partidos políticos tendo

¹ O modo como foram selecionados, as estratégias de busca e os critérios empregados serão apresentados na seção 2, destinada à apresentação de Materiais e métodos. Sobre quais são os trabalhos, a quantidade deles por países, as respectivas características do presidencialismo de cada um, bem como uma análise dos períodos e contextos históricos, analisaremos na seção 3 destinadas a Resultados e discussões.

em vista a possibilidade de conduzir decisões junto ao chefe do executivo e influir na tomada de decisão de políticas públicas. (DÁVILA, LAVADOS, & AVENDAÑO, 2013)

Cabe observar, contudo, que os estudos sobre perfis das elites políticas foram em sua maioria dedicados a compreender quem compõe o Legislativo (Vommaro & Gené, 2018) existindo um longo debate teórico e empírico desses trabalhos. Pesquisas voltadas para elites no âmbito Executivo são ainda pouco exploradas e, consequentemente, mais descritivas, mesmo que estudos tenham ampliado esse debate (CODATO *et al.*, 2018). Na última década, esse quadro tem se modificado e ministros de Estado têm ganhado importância em estudos da Ciência Política e da Sociologia Política, dado que são atores que permeiam espaços políticos e burocráticos, como salientado, ora de assessoramento do presidente, ora de desenvolvimento de políticas públicas.

A agenda da escolha de ministros foi centrada inicialmente em regimes parlamentaristas europeus (BATISTA, 2016) e nos últimos 20 anos tem se debruçado sobre os portfólios em regimes presidencialistas, em especial da América Latina, mas também de países do continente africano, bem como dos regimes semipresidencialistas do Leste europeu. Em sistemas presidencialistas (O. AMORIM NETO, 2006; OCTAVIO AMORIM NETO, 1994; BATISTA, 2016; CAMERLO, 2013; CODATO & FRANZ, 2018; PERISSINOTTO, CODATO, & GENÉ, 2020) tem ganhado significativo espaço nas discussões. Para o caso latino-americano, duas perspectivas são levadas em consideração: os gabinetes formados em sistemas multipartidários e os formados em sistemas bipartidários, em que o ministério é predominantemente estruturado a partir do partido do presidente ou de “aderentes” à política do mandatário.

Na composição de gabinetes multipartidários, os estudos têm demonstrado que ministros são atores centrais em arranjos de coalizão em prol de apoio no Congresso Nacional. Dentre as variáveis independentes destacam-se a alocação de aliados políticos, representação regional, interesses de entidades da sociedade civil, além do peso do partido do presidente, dentre outros aspectos (DARAUJO, 2009, 2011; CODATO *et al.*, 2016; CODATO *et al.*, 2018; BATISTA, 2013; MARTINEZ-GALLARDO & SCHLEITER, 2015).

Em governos de partidos únicos, ministros, além de preferências e escolhas pessoais do presidente, atendem a interesses que envolvem entidades representativas da sociedade civil, bem como acomodação de políticas e interesses locais. Outro aspecto largamente abordado nesses trabalhos diz respeito aos perfis dos ministros. São objetos desses estudos a carreira prévia em relação aos atributos profissionais, à *expertise* (ou não) na área do ministério, bem como outros aspectos que influenciaram na escolha dos ministros.

Para compreender o processo de seleção dos ministros, é imprescindível adentrar à lógica do presidencialismo no contexto latino-americano. A história política das democracias latino-americanas é notadamente circunscrita pela instabilidade política, seja ela provocada por escândalos de corrupção ou pela dificuldade da gestão econômica dos planos de governos. Por vezes, resultou em golpes de Estado ou interrupção do mandato presidencial. (Lins, 1990 Mainwaring, 1990; Negretto, 2006).

Nos últimos trinta anos, oito processos de impeachment se concretizaram na região. A partir desses acontecimentos, a literatura especializada tem apontado para duas principais direções: a similaridade entre os mecanismos causais do impedimento (PÉREZ-LIÑÁN, 2007; LAMEIRA, 2019) e a configuração de uma nova roupagem dos golpes de Estado, denominados “neogolpes” (COELHO & MENDES, 2020).

Dentre as semelhanças apontadas pela primeira vertente, estão os escândalos, a perda da popularidade do presidente, o alcance dos protestos civis e o enfraquecimento do apoio legislativo, quando não a própria intervenção militar. A segunda, pauta-se no caráter institucionalizado que os golpes vêm assumindo, deixando de ser um fenômeno simplesmente exógeno e originando-se intrainstituições (VITULLO & SILVA, 2020).

No que diz respeito às discussões sobre o presidencialismo, a literatura tem dividido entre duas perspectivas, uma mais pessimista e outra otimista (POWER, 2010). A primeira alega que o estilo presidencial da região é disfuncional devido à combinação entre o multipartidarismo e a democracia. Esse desenho institucional tende à paralisia decisória e a desestabilização do regime democrático (MAINWARING, 1993).

De maneira oposta, a segunda onda de estudos, pensada a partir do contexto brasileiro, compreendia algumas instituições como corretivas. O poder de agenda do presidente – decreto, veto, medidas provisórias, urgência para projetos de lei –, bem como a concentração das decisões legislativas na Mesa Diretora na Câmara dos Deputados eram as principais medidas facilitadoras (FIGUEIREDO & LIMONGI, 1999). Para os “otimistas”, essas circunstâncias reduziam consideravelmente as barganhas com o Legislativo e facilitavam a gestão administrativa do presidente.

A partir da síntese dessas discussões, surgiu uma terceira corrente teórica que teceu críticas ao desenho institucional brasileiro, alegando que seu formato favorece a políticas clientelistas.

A partir da década de 1990, destacam-se estudos fundamentais para o entendimento da formação dos gabinetes ministeriais (AMORIM NETO, 1994, 1998), além de estudos que

identificaram os mecanismos que viabilizam a governabilidade, em especial, o poder de agenda do Legislativo pela presidência (ARGELINA *et al.*, 1998; FIGUEIREDO & LIMONGI, 1994, 1997, 1999, 2007; SANTOS, 1997, 1999).

O número elevado de partidos políticos na disputa eleitoral reduz as possibilidades de o partido presidencial formar uma maioria parlamentar. Em decorrência disso, se o presidente não recorrer a alianças com outros partidos para compor seu governo, ficará sujeito a enfrentar uma série de dificuldades ao longo de seu mandato para a implementação de sua agenda governativa. Um dos desdobramentos da paralisia decisória é o enfraquecimento do sistema político, pois a baixa capacidade de produzir decisões pode gerar desconfiança popular, além da perda de apoio de grupos empresariais e entidades sociais.

À luz desse cenário complexo, as coalizões políticas surgem como uma maneira de acomodar partidos que agreguem suporte legislativo ao presidente. Esse modo de operação exige, principalmente, negociações de cargos de nomeação. Nesse bojo, destacam-se os estudos de (AMORIM-NETO, 2000, 2006), além de outros autores que passaram a contribuir com esse debate (PEREIRA & MUELLER, 2002; PEREIRA, POWER & RENNÓ, 2005, 2008; RAILLE, PEREIRA & POWER, 2011; D'ARAUJO & RIBEIRO, 2018a)

Mais recentemente, os estudos da relação entre Executivo e Legislativo foram revistos. Na década de 2010, os trabalhos elevam a presidência a patamares diferentes dos observados nos estudos predecessores (BATISTA, 2013; PALERMO, 2016). A dominância do Executivo vem sendo notada pelos pesquisadores, não somente pela capacidade de implementação da agenda do governo, mas pelas condições informais de controle do processo decisório legislativo (LAMEIRÃO, PAIVA, & CARVALHO, 2020).

Ainda que “as decisões do Executivo, consubstanciadas em projetos legislativos submetidos ao Congresso Nacional, originam-se nos ministérios” (LAMEIRÃO *et al.*, 2020, p.12); e que a base aliada indique para ocupar tais ministérios, agentes que possam representar os interesses particulares de cada partido – trazendo consigo para a direção suas preferências políticas (BATISTA, 2013) –, no entanto, os presidentes tendem a delegar a formulação de leis aos ministros do seu próprio partido. O quadro 1 procura sintetizar o debate, com destaque para as discussões, temáticas e autores que tratam da realidade brasileira.

QUADRO 1 - EVOLUÇÃO DO DEBATE SOBRE O PRESIDENCIALISMO E SELEÇÃO MINISTERIAL

Período	Autores	Discussão central
1988 Debate inaugural	ABRANCHES, 1988	O presidencialismo de coalizão brasileiro e seus dilemas institucionais
1990 Debate clássico	MAINWARING, 1990; 1991; LINZ, 1990; VALENZUELA, 1991	Presidencialismo como suscetível a crises e instabilidade democrática
2000-2010 Manutenção e os custos da coalizão	AMORIM NETO, 1994; 1998; 2000; MENEGUELLO, 1998; FIGUEIREDO & LIMONGI, 1994; 1997; 1999; LIMONGI & FIGUEIREDO, 1998; SANTOS, 1997; 1999	Funcionalidade e estabilidade. Presidência forte com poderes de agenda, veto e emendas orçamentárias
2010-2015 Dominância do Executivo	BATISTA, 2013; GAYLORD & RENNÓ, 2015; FREITAS, 2016A; 2016B; ALMEIDA, 2015; 2016; BERTHOLINI & PEREIRA, 2017	Barreiras de contenção; Revisão e controle do parlamento
2015-2021 Debates recentes	BERSCH, PRAÇA & TAYLOR, 2017; MELLO & SPEKTOR, 2018; BORGES & TURGEON, 2019. CODATO & FRANZ, 2018; D'ARAUJO, 2009, 2011, , 2018; INÁCIO, 2013; CARMELO, 2013; FILIPI, 2018; TOKUMOTO & FILIPI, 2018	Dificuldades de governança e problemas de accountability; Propensão à corrupção e ao coattail effect; Estudos de perfis e carreiras de ministros e outros dirigentes públicos.

FONTE: Adaptado pelo autor com base em Batista (2016); Lameirão, Paiva & Carvalho (2020); Couto, Soares & Livramento (2021), e Sangalli & Silva (2021).

Além desses estudos, outros primaram por abordagens em que se destacaram o perfil dos ocupantes das pastas ministeriais (D'ARAÚJO, 2011; D'ARAÚJO & RIBEIRO, 2018; CODATO & FRANZ, 2018; FILIPI, 2018). O background partidário, a formação, a carreira e a regionalidade dos ministros de Estado têm demonstrado um papel duplo dos ministérios, seu caráter técnico e burocrático por um lado, e seu potencial político por outro. Debates que estão abertos e precisam, portanto, prosseguir.

4.3 POR QUE ESTUDAR ELITES POLÍTICAS MINISTERIAIS?

Diante do exposto, acreditamos que nosso trabalho se insere e justifica-se em duas vertentes. A primeira delas, de caráter epistemológico, diz respeito ao próprio objeto em

questão, os ministros de Estado, cujos estudos, além dos já citados sobre perfis, encontram-se também junto às investigações sobre coalizões. Sejam em regimes parlamentaristas ou presidencialistas (BATISTA, 2016) é inegável sua importância para os arranjos desse mecanismo de governabilidade. Os estudos nesse campo possuem largo debate, principalmente, junto aos sistemas parlamentaristas europeus (MUELLER & STROM, 2000; 2006; CARROL & COX 2011, THIES, 2001).

Em relação aos ministros de Estado em regimes presidencialistas, por mais que se tenha avançado, como demonstra o já citado e o corroborado por levantamentos recentes da literatura (COUTO ET AL, 2021; LAMEIRÃO ET AL, 2020; POWER, 2015), ainda carecem, principalmente no contexto latino-americano, de estudos que tratem em perspectiva comparada as composições de gabinetes – sem perder de vista os que já lograram êxito na área (ESCOBAR-LEMMON & TAYLOR-ROBINSON, 2005; 2009, AMORIM NETO 2007). É necessário que se contraponham arranjos e combinações de alocação e governabilidade de diferentes países, na medida em que possamos entender não só o funcionamento das designações dos portfólios e dos respectivos perfis, mas também compreender a própria lógica do sistema presidencialista a partir dos estudos de perfis ministeriais.

Nesse sentido, este trabalho tenta contribuir com essa perspectiva de estudo, ao passo que faremos a análise sistematizada e a comparação de gabinetes em seis países da América Latina, por meio de uma Revisão sistemática da literatura, o que nos faz, portanto, estabelecer nossa segunda justificativa, a metodológica, dada a importância e contribuição que podem ter esse método para a Ciência Política.

4.4 O QUE É E POR QUE UTILIZAR REVISÕES SISTEMÁTICAS?

O amplo acesso à informação tem sido uma das características da produção científica contemporânea. Por conta da tecnologia, muito tem sido produzido em diversas áreas do conhecimento. Pouco se sabe, contudo, principalmente na área de Ciência Política, como organizar ou reunir, a partir de protocolos, essa alta gama de manuscritos científicos em revisões de escopo ou sistemática.

Diante desse contexto, Revisões da literatura assumem o objetivo de avaliar criticamente os materiais publicados, iluminar inconsistências metodológicas, conceituais, embates teóricos, ou ainda, indicar sugestões para resolução de problemas e informar aos

leitores o estado em que se encontra uma área de investigação (SILVA & SANGALLI, 2021; SANGALLI ET AL, 2021; CLEMENTE, A., 2019).

Dentre as possibilidades estão as revisões sistemáticas de literatura, cuja metodologia consistem em selecionar, sintetizar e avaliar as evidências para uma determinada questão de pesquisa, levando em conta a transparência e a sistematização dos dados. De maneira resumida, “o que uma revisão sistemática faz é buscar toda a informação científica disponível acerca de um determinado assunto, para [...] compilar e analisar os seus resultados, gerando uma conclusão única sobre a pergunta inicialmente formulada” Um dos aspectos fundamentais dessa metodologia é o controle de vieses nas pesquisas. Ao contrário de revisões tradicionais, tipicamente narrativas, revisões sistemáticas são capazes de lidar com os materiais selecionados de modo mais amplo e possibilitar uma resposta adequada ao problema selecionado (HEITOR MARQUES, H; SANTIAGO JUNIOR, 2019).

Revisões de literatura são feitas em ciências sociais sobretudo levando em conta as formas narrativas de organização da literatura. (Figueiredo, J. A. & limongi, F., 2018) lembram que a principal consequência desse processo é a falta de critérios objetivos, de seleção e inclusão dos trabalhos. “Outro problema deve-se à falta de irreplicabilidade dessas revisões, tendo em vista que, mesmo utilizando as mesmas referências bibliográfica sobre o tema, outro revisor pode chegar a conclusões totalmente diferentes (*ibidem*, p. 208).

Por mais que tenha havido avanço no uso dessa metodologia, a Ciência política, assim como o observado em áreas das Ciências humanas, ainda parece distante desse mecanismo de análise (DACOMBE, 2018). O Autor destaca que “nos últimos anos, as revisões sistemáticas também se tornaram proeminentes nas ciências sociais e pesquisadores interessados em educação, trabalho social, [...] adotaram essa prática com considerável sucesso (DACOMBE, R., 2016, . 22)”. Sua supressa, contudo se dá, na quase ausência do mecanismo em Ciência política.

Dacombe (2016) salienta que ao utilizar uma metodologia que permite a identificação, a inclusão e a avaliação da literatura, pesquisadores que adotam essa abordagem têm condições de se colocar diante dos estudos de forma crítica, e ao realizar revisões sistemáticas são capazes de falar com sabedoria e conhecimento aprofundado das pesquisas, destacando achados, inconsistências, bem como relações e possibilidades diante do fenômeno analisado. Antes de prosseguir com a discussão, o Quadro 2 apresenta 5 tipos de revisões de literatura, bem como seus mecanismos, insuficiências e aplicabilidades. Outros autores como (GRANT & BOOTH, 2009) estabelecem até 14 tipos diferentes de revisões de literatura.

A despeito de classificações mais ou menos robustas, acreditamos que as revisões sistemáticas de literatura tendem a estabelecer parâmetros importantes para a análise de determinada área, na medida em que “[...] *i.* podem tirar conclusões robustas sobre grandes questões e assuntos e *ii.* podem explicar como e por que os estudos existentes se encaixam e o que isso significa para a teoria e futuras pesquisas (SIDDAWAY, WOOD, & HEDGES, 2019, P. 4)”.

QUADRO 2 - TIPOS DE REVISÕES DE LITERATURA

Tipo	Descrição	Busca	Avaliação	Síntese	Análise
Revisão narrativa	Termo genérico que designa a análise de um conjunto heterogêneo de referências recentes ou correntes sobre um assunto. Pode abarcar um amplo espectro de temas com níveis variados de profundidade e abrangência	Pode ou não realizar uma busca abrangente da literatura	Pode ou não realizar uma avaliação da qualidade dos textos	Tipicamente narrativa	Análises das referências podem ser de vários tipos: cronológicas, conceituais, temáticas etc.
Revisão crítica	Objetiva demonstrar que o escritor tem um conhecimento extenso da literatura e pode avaliar criticamente a sua qualidade. Vai além da mera descrição dos estudos e incluiu análise e atenção para inovação conceitual.	Procura os itens da bibliografia mais significativos para o campo (em geral a seleção está baseada no conhecimento prévio da área pelo especialista)	Não há avaliação da qualidade formal dos estudos. Avaliação de acordo com a respectiva contribuição ao campo	Tipicamente narrativa e às vezes conceitual ou cronológica	Busca identificar contribuições conceituais para consolidar teorias existentes ou para desenvolver novas teorias
Revisão de escopo	Avaliação preliminar do tamanho potencial e do âmbito da literatura disponível sobre um determinado assunto. Visa identificar a natureza e a extensão das evidências das pesquisas publicadas (geralmente incluindo investigações em andamento)	Busca da literatura de maneira completa, baseada em parâmetros de tempo (um intervalo determinado) ou de abrangência temática	Não há avaliação da qualidade dos textos que entram na revisão	Tipicamente tabular com algum comentário sobre o conteúdo dos artigos	Descreve a quantidade e a qualidade da literatura, às vezes incluindo o design das pesquisas (metodologia) e outras características importantes
Revisão sistemática	Procura ordenar, avaliar e sintetizar evidências e resultados de pesquisas (podendo concordar com ou aderir a recomendações feitas nos estudos)	Levantamento exaustivo e abrangente da literatura disponível sobre determinado tópico de estudo	Critérios de inclusão ou exclusão dos estudos na revisão baseados na qualidade das pesquisas	Tipicamente narrativa com organização das características dos textos e dos achados das pesquisas em quadros e tabelas	Estabelece o estado atual de conhecimento sobre um tópico, aspectos ainda desconhecidos e levanta as incertezas sobre alguns achados; inclui recomendações para pesquisas futuras
Meta-análise	Combina estatisticamente os resultados de estudos quantitativos para comparar os efeitos dos resultados alcançados (por exemplo, uma intervenção, um tratamento ou remédio)	Levantamento exaustivo e abrangente da literatura disponível sobre determinado tópico de estudo	Critérios de inclusão ou exclusão dos estudos na revisão podem estar baseados na qualidade das pesquisas e ou em análises de sensibilidade	Gráfico específico de comparação dos resultados estatísticos (Forest Plot) e quadros com comentários sobre os artigos analisados	Análise quantitativa de medidas de efeito assumindo ausência de heterogeneidade

FONTE: Elaborado pelo autor, com base em Laboratório de Análise do Campo Científico, LaCC, UFPR, Brasil e Sangalli & Silva (2021).

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho consiste, como já exposto e justificado na introdução, em uma revisão sistemática da literatura, no nosso caso, sobre estudos de perfis de ministros na América Latina. Contudo, convém ressaltar alguns pontos que são de singular importância quanto aos suportes metodológicos deste tipo de Revisão de literatura. Esta modalidade de trabalho não consiste no uso de dados primários “nem por isso deixa de ser um trabalho científico, muito pelo contrário. Este tipo de trabalho é, portanto, uma pesquisa por si só e, por sua natureza, é capaz de abordar questões muito mais amplas do que os estudos isolados” (MARQUES & JUNIOR, 2019, p. 11).

Ademais, cabe ressaltar, as revisões sistemáticas estão no topo da pirâmide das evidências científicas, dado que elas têm o potencial de fornecer as implicações práticas mais importantes, uma vez que seus resultados se baseiam na coletânea de uma série de estudos com forte qualidade e nível de evidência científica. Portanto, as revisões sistemáticas são estudos secundários que reúnem estudos primários sobre uma determinada área de interesse.

Levando em conta a necessidade de se eliminar vieses, de que estudos em separado possuem pouca robustez para uma resposta mais consistente a um objeto estudado, Revisões sistemáticas são capazes de fornecer mecanismos para solucionar esses impasses. Apresentamos a seguir as etapas da Revisão sistemática. Elencamos as oito principais e como elas foram desenvolvidas ao longo deste trabalho.

2.1 AS ETAPAS DE ELABORAÇÃO DA REVISÃO SISTEMÁTICA:

Etapas de uma Revisão sistemática:

1. Formular a questão de pesquisa
2. Definir critérios de inclusão e exclusão
3. Desenvolver estratégias de busca reprodutíveis e localizar os estudos
4. Selecionar os estudos
5. Extrair dados
6. Avaliar a qualidade dos dados
7. Avaliar e interpretar resultados
8. Disseminar resultados

2.1.1 Pergunta de pesquisa

Como já exposto na introdução, elencamos a seguinte pergunta de pesquisa: ministros de Estado recrutados em regimes presidencialistas latino-americanos possuem perfis distintos para as pastas que são recrutados?

2.1.2 Critérios de inclusão e exclusão dos estudos buscados

Para a inclusão dos textos, determinamos como período de publicação trabalhos produzidos na última década. Esse fator se deveu a dois motivos. O primeiro deles foi de garantir trabalhos mais recentes, de modo a incluir estudos com mais consistência no que diz respeito à atualidade das escolhas metodológicas. Não fizemos, contudo, filtro para nenhum tipo de metodologia, a fim de se verificar diferentes abordagens sobre os estudos de perfis ministeriais.

O segundo motivo tem relação com o objeto de estudo. Uma vez que nosso escopo eram os perfis de ministros na América Latina e de que a linha temporal da maior parte dos países é formada por estudos de meados da década de 1980 para cá, principalmente devido às interrupções democráticas na região, pareceu-nos prudente que estudos publicados a partir de 2012 possuísem condições de um N razoável – dentro de um período de quase 20 anos, o que permitiria, como se constatou na literatura, estudos que se debruçassem sobre o tema.

2.1.3 A string de busca

Para a *string* de busca, elencamos e testamos os termos “*presidentialism*” e filtros como “*minist*”, a fim de selecionarmos os textos que tratassem do presidencialismo, mas que fossem direcionados ao estudo de ministros em sistemas presidencialistas. Em um primeiro momento, não optamos pelo filtro de América Latina, com o intuito de termos um mapeamento geral sobre o tema. Para os resultados das buscas, reproduzimos as *strings* nas três bases de dados escolhidas: Scopus (Elsevier), *Web of Science* (Clarivate) e SciELO Citation Index (*Web of Science*). Optamos pelas três para ampliar o leque de estudos. Os resultados para o N final após a exclusão das 60 duplicatas foi de 299 textos.

QUADRO 3 – STRINGS DE BUSCA EM DIFERENTES BASES DE DADOS

Scopus

Scopus Search within: Article title, Abstract, Keywords

Search documents: presidentialism* = 708 documents

Search within results: minist* = 253 documents (filtro interno)

String

(TITLE-ABS-KEY (presidentialism*)) AND (minist*)

Web of Science

Documentos: todos os campos

String

Presidentialism* AND minist* (sem filtro interno)

85 resultados de Coleção principal da Web of Science

SciELO

Documentos: tópico

String

Presidentialism* AND minist* (sem filtro interno)

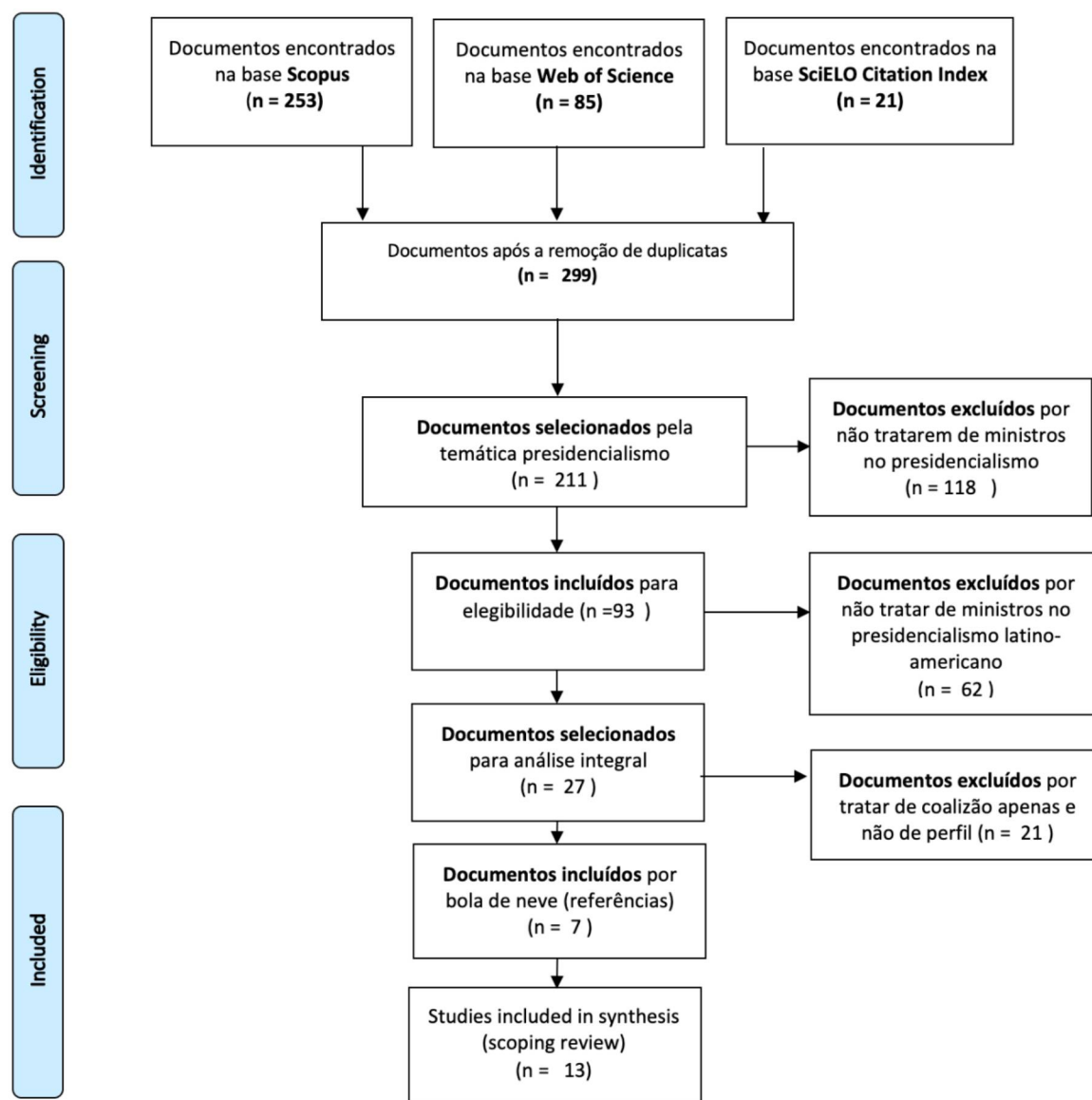
21 resultados de Coleção SciELO Citation Index

FONTE: elaborado pelo autor, 2022.

Cabe observar que a pesquisa obedeceu ao critério de seleção dos manuscritos. Dois auxiliares mais o autor deste trabalho avaliaram os estudos (títulos, resumos e palavras-chave). Como não houve número significativo de trabalhos, apenas 6 foram eleitos para inclusão, optou-se, como consta na Figura 1 PRISMA, novos trabalhos foram acrescentados no sistema bola de neve, ou seja, a partir das referências dos textos elegíveis na primeira seção, buscou-se trabalhos semelhantes e que fosse ao encontro da pergunta de pesquisa (8 ao todo) e que fosse, como pode ser visto, também, na Figura 1.

2.1.4 A seleção dos estudos

A seleção dos estudos se deu após leitura rigorosa dos trabalhos elegíveis, seguindo o processo de leitura, exclusão e/ou inclusão como consta no PRISMA 2009 Flow Diagram (Figura 1).

FIGURA 1: PRISMA 2009 FLOW DIAGRAM²

FONTE: elaboração pelo autor com base em (Moher et al., 2009).

No Quadro 4, expomos o N final com os 13 textos selecionados após todo processo de busca³.

² From: Moher D, Liberati A, Tetzlaff J, Altman DG, The PRISMA Group (2009). Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses: The PRISMA Statement. PLoS Med 6(7): e1000097. doi:10.1371/journal.pmed1000097

³ Para saber mais sobre os dados bibliométricos das referências dos 13 artigos selecionados, bem como periódicos, texto mais citados e outros elementos, ver Apêndice 1.

QUADRO 4 - OS TEXTOS RESULTANTES DAS BUSCAS SISTEMÁTICAS

Autor Ano publicação	Título	País analisado	Período	Periódico	tipo de dcto.	país da publicação	Idioma
(CAMERLO, 2013)	Gabinetes de partido único y democracias presidenciales	Argentina	1983-2011	America Latina Hoy	Artigo	Espanha	Espanhol
(INÁCIO, 2013a)	Escogiendo ministros y formando políticos	Brasil	1995-2010	America Latina Hoy	Artigo	Espanha	Espanhol
(DÁVILA, LAVADOS & AVENDAÑO, 2013)	Los gabinetes de la Concertación en Chile	Chile	1990-2010	America Latina Hoy	Artigo	Espanha	Espanhol
(CARRERAS, 2013)	Presidentes outsiders y ministros neófitos	Peru	1980-1995	America Latina Hoy	Artigo	Espanha	Espanhol
(CHASQUETTI, BUQUET & CARDARELLO, 2013)	La designación de Gabinetes en Uruguay	Uruguai	1985-2010	America Latina Hoy	Artigo	Espanha	Espanhol
(POMARES <i>et al.</i> , 2014)	Los caballeros de la mesa chica	Argentina	1983-2014	Documento de Políticas públicas	Artigo	Argentina	Espanhol
(VILLAGARCIA, 2014)	¿Todos los ‘hombres’ del Presidente?	Peru	2001-2014	Associação Civita Polítai	Artigo	Peru	Espanhol
(GENÉ, 2016)	Los elencos del presidente. Expertise, destrezas políticas y anclajes sociales	Argentina	1983-2011	Anais 10° encontro ABCP	Paper	Brasil	Espanhol
(CODATO & FRANZ, 2018)	Ministros-técnicos e ministros-políticos nos governos do PSDB e do PT	Brasil	1995-2014	Revista de Administração Pública	Artigo	Brasil	Português
(D'ARAUJO & RIBEIRO, 2018B)	Trajetória socioeducacional dos ministros brasileiros na Nova República	Brasil	1985-2016	Revista de Sociologia e Política	Artigo	Brasil	Português
(GONZÁLEZ & GARRIDO, 2018)	Socialización, trayectorias y poscarrera de ministros	Chile	1990-2010	Política y Gobierno	Artigo	México	Espanhol
PALOTTI & CAVALCANTE (2019)	Estratégias de Nomeações Ministeriais	Brasil	1990-2016	Revista de Sociologia e Política	Artigo	Brasil	Português
(MEJÍA FORERO & OVIEDO, 2021)	Is it Time for a Minister Change?	Colômbia	1958-2018	Desafios	Artigo	Colombia	Espanhol

FONTE: Elaborado pelo autor, 2022.

2.1.5 A extração dos dados

A extração dos dados se deu por meio de banco de dados montado e esquematizado com as seguintes perguntas que constam da Tabela 1.

TABELA 1 - GRADE DE LEITURA PARA EXTRAÇÃO DOS DADOS

Metadados - elementos formais	
Autor do trabalho	
Título do trabalho	
Resumo do trabalho	
Ano de publicação	
Filiação Institucional do autor	
País da Instituição	
Periódico e país da publicação	
Instituição da publicação	
Fator de impacto do periódico (JCR)*	
Citações dos trabalhos nas bases WoS/Scopus/GoogleScholar	
Informações metodológicas	
Pergunta de pesquisa	
Objetivos do trabalho	
Objetivos específicos do trabalho	
É um estudo sobre escolha de ministros que analisa perfis dos ocupantes?	
É um estudo comparado?	
É um estudo de caso? De que país?	
Número de ministros analisados	
Qual o período analisado no estudo?	
Qual o sistema de governo analisado no estudo?	
Quais governos são analisados no estudo?	
Qual o período histórico analisado no estudo?	
O artigo expõe uma hipótese?	
A hipótese se confirma?	
Qual(is) a(s) metodologia(s) utilizada(s) pelo estudo?	
O estudo analisa especificamente o primeiro gabinete (cenário pós-eleitoral)?	
O estudo analisa reformas contínuas de gabinetes?	
O estudo analisa o gabinete em cenário pré-eleitoral?	
Variáveis:	Dependentes
	Independente
	s
Principais achados	
Principais Achados 1	
Principais Achados 2	
Principais Achados 3	
Conclusões	

FONTE: elaborado pelo autor.

2.1.6 Os itens seguintes da etapa de uma revisão sistemática (avaliação e qualidade dos dados, bem como avaliação e interpretação dos resultados, seguem a partir da próxima seção com o item de Resultados e discussões.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os trabalhos selecionados para esta revisão sistemática estão apresentados, discutidos e distribuídos da seguinte forma: no Quadro 1, apresentamos os textos selecionados, levando em conta sua autoria, ano de publicação, o país a que estão inseridos os gabinetes analisados, bem como o modelo de gabinete e uma síntese da proposição de cada um dos treze artigos incluídos na seleção; o Quadro 2 traz um apanhado dos principais aspectos e variáveis, bem como dos mecanismos de mensuração utilizados pelos autores; no Quadro 3, propomos uma análise das escolhas metodológicas; no 4, elencamos os principais achados; e por fim, no Quadro 5, comentamos as conclusões propostas pelos trabalhos, tentando compreender se as agendas avançaram e se os trabalhos permitem cruzamentos quanto aos seus achados.

Os trabalhos estão elencados de duas formas nos respectivos quadros. Nos quadros 1 e 3, a distribuição dos trabalhos está apresentada por ordem cronológica de publicação. Nos quadros 2, 4, e 5 agrupados pelos respectivos países dos gabinetes analisados. Essas escolhas procuram auxiliar as análises e compreender as mudanças ao longo do tempo no que diz respeito à questão metodológica, por exemplo. Do mesmo modo, ao agrupar por países, conseguimos sintetizar e discutir melhor variáveis, achados e conclusões quando confrontamos os resultados.

Na subseção 3.1, fazemos rápida contextualização dos períodos a que estão submetidas as composições ministeriais estudadas, além de passarmos por algumas das especificidades dos modelos de gabinetes em cada país. Na subseção 3.2, discutimos os artigos selecionados e elencados no Quadro 1. São objetos desta revisão sistemática treze trabalhos: quatro deles sobre Brasil; três sobre Argentina; dois acerca do Chile e outros dois sobre o Peru; além de um trabalho sobre a Colômbia e outro sobre o Uruguai.

3.1 OS MODELOS DE GABINETES E OS CONTEXTOS DE CADA PAÍS

Todos os trabalhos se encaixam em um contexto particular latino-americano: os períodos pós-ditaduras militares que se espalharam pela região ao longo das décadas de 1960 e 1970 e perduraram até a década o fim de 1980. A maior parte das análises concentra-se entre meados da década de 1980 – algumas no início da década de 1990 – e se estendem até os anos

de 2010 e 2014, com exceção da análise da Colômbia, cuja linha do tempo se estende de 1958 a 2018 (MEJÍA, FORERO & OVIEDO, 2021).⁴

Acerca dos textos que tratam das escolhas ministeriais no Brasil, as temáticas se concentram principalmente nos governos do PT e PSDB entre os anos de 1995-2016. Em relação aos trabalhos sobre a Argentina, os três textos iniciam suas análises em 1983, quando finda a ditadura militar e inicia o governo de Alfonsín (1983-1990) e vão até os governos de Cristina Fernandez Kirchner, um deles chegando ao seu segundo mandato, em 2014 (POMARES *et al.*, 2014). No caso do trabalho acerca do Uruguai (CHASQUETTI, BUQUET & CARDARELLO, 2013), se observa o mesmo: o estudo se estende do primeiro governo após a ditadura, em 1985 até 2010. Os dois artigos sobre o Chile tratam da coalizão de governos que ficou conhecida como “*La concertación de los partidos políticos por la democracia*” entre 1990-2010 (DÁVILA, LAVADOS & AVEDAÑO, 2013; GONZÁLEZ B, B. & GARRIDO V., 2018).

Os períodos analisados nos artigos sobre os gabinetes no Peru são distintos. O primeiro trata dos governos seguintes ao fim do regime ditatorial, quando o país é presidido por dois políticos profissionais, de longa carreira na vida política peruana. O autor estabelece uma comparação entres estes dois presidentes (Belaunde e Gracia) e o governo seguinte, de Alberto Fujimori, especificamente o primeiro mandato entre 1990-1995, procurando identificar as diferenças na seleção de ministros por presidentes *outsiders* e por presidentes com carreira política. O outro trabalho sobre o Peru concentra sua análise nos gabinetes entre 2001 e 2014, pós-fujimorismo, quando o sistema político partidário passa por significativas transformações (VILLAGARCIA, 2014).

A coluna “presidencialismo” no Quadro 1 demonstra as especificidades do funcionamento desse sistema em cada um dos países. O presidencialismo latino-americano é marcado pela articulação do presidente com o Congresso Nacional, seja por meio de favores eleitorais e atos de corrupção (ALCALÁ, 2017), ou por cooptação de atores para compor o alto escalão da burocracia, em troca de apoio Legislativo para aprovação da agenda presidencial (AMORIM NETO, 1994; 2006). Mesmo que todos sejam sistemas em que o presidente é eleito

⁴ Para esse caso, vale ressaltar que não trabalhamos com o período de 1958 a 1990, quando a Colômbia passou por dois momentos: um democrático – quando se figurava um sistema bipartidário – e outro ditatorial, como os demais países da região, entre as décadas de 1970-80. Por mais que o propósito do autor tenha sido uma comparação entre este período e o que se estende de 1990 a 2018, quando o país passa a figurar um sistema multipartidário, optamos por ficar com o segundo período apenas, dado que seu contexto permite maior relação com os demais.

pelo voto direto, em eleição independente das que elegem os parlamentares para o Congresso Nacional, cada país possui especificidades que são refletidas nos processos de alocação dos portfólios ministeriais.

No caso do Brasil, o multipartidarismo não só é a tônica da política, como é um fenômeno crescente, que se traduz no número efetivo de partidos, que saltou de 3,66 partidos na década de 1980, seguidos de 6,87 nos anos 1990 para 13,90 em 2018 no governo de Michel Temer (VASSELAI, 2009; CARDOZO & PRATTI, 2016; PEREIRA, 2017; FELIÚ, 2018). Nesse caso, os arranjos se tornam muito mais complexos, dado o grande número de partidos com os quais o presidente precisa barganhar (AMORIM NETO, 1994; 2000; 2006; PEREIRA & MUELLER, 2002; PEREIRA, POWER & RENNO, 2005; RAILLE, PEREIRA & POWER, 2011).

Ainda sobre presidencialismos de coalizão, temos Chile, Uruguai, Peru e Colômbia – este já exposto anteriormente. No caso chileno, perdurou “*La Concertación de partidos por la democracia*”, uma coalizão de centro-esquerda que governou o Chile entre 1990-2010. Essa coalizão, ininterrupta nesse período, é tida, portanto, como uma das mais duradouras coalizões partidárias no contexto latino-americano, centrada na colaboração programática entre partidos, que antes da ditadura-militar (1973-1990), eram adversários (HIDALGO, 2011; DÁVILA LAVADOS & AVEDAÑO, 2013; GONZÁLEZ B, B. & GARRIDO V., 2018).

Para o caso uruguaio, o presidencialismo se apoia em coalizões eleitorais que se refletem na composição dos gabinetes marcados por relativa estabilidade (CHASQUETTI, BUQUET & CARDARELLO, 2013), cujo período de 1985 a 2012 produziu nove gabinetes ministeriais, sendo que quatro dos seis presidentes desse período tiveram um único gabinete.

No caso do Peru, a dinâmica do presidencialismo segue regras um tanto distintas dos demais, dado que é o único país da região em que há um congresso unicameral, composto por 130 membros, representantes de 25 regiões do país. Além disso, o Executivo conta com um presidente eleito por voto popular, que convive um primeiro-ministro e um conselho de ministros de Estado, escolhido pelo chefe do Executivo federal e referendado pelo Congresso nacional (FERNANDINI & SOUSA 2015).

O caso argentino, por fim, figura como o único em que não se verifica um presidencialismo de coalizão e sim um sistema presidencialista de dois partidos, em que se verificam diferenças circunstanciais dada que a margem que possuem os chefes dos Executivos na seleção dos ministros é “provavelmente” distinta nesses dois tipos de governo. (DOWNDING & DUMONT, 2009).

QUADRO 5 - SÍNTESE DOS TEXTOS SELECIONADOS PARA ELABORAÇÃO DA REVISÃO SISTEMÁTICA (ELENCADOS POR ANO DE PUBLICAÇÃO)

Autor (Ano).	Título	País analisado	Período	Presidencialismo (tipo de gabinete)	Tipos de abordagens a partir do Diagrama de Venn (Figura 2)	O que propõe o artigo (pergunta de pesquisa) ⁵
Camerlo (2013)	Gabinetes de partido único y democracias presidenciales	Argentina	1983-2011	Bipartidário (gabinete de partido único)	Perfis, sobrevivência e coalizão	Quem é nomeado ministro, quando e como são removidos levando em consideração a formação de gabinetes de partido único?
Inácio (2013)	Escogiendo ministros y formando políticos	Brasil	1995-2010	Multipartidário (gabinete de coalizão)	Perfis e coalizão	Como se dá a seleção de ministros em gabinetes multipartidários, levando-se em conta os perfis dos ministros (políticos profissionais vs. técnicos ou políticos novatos)?
Dávila, Lavados e Avendaño (2013)	Los gabinetes de la Concertación en Chile	Chile	1990-2010	Multipartidário (gabinete de coalizão)	Perfis e coalizão	De uma perspectiva empírica, qual a relação entre conhecimento específico (<i>experts</i>) e a alocação de tecnocratas nos gabinetes?
Carreras (2013)	Presidentes outsiders y ministros neófitos	Peru	1980-1995	Multipartidário (gabinete de coalizão) Congreso unicameral	Perfis	Como se dá a nomeação de ministros de Estado quando o chefe do Executivo é um presidente outsider?
Chasqueti, Buquet e Cardarello (2013)	La designación de Gabinetes en Uruguay	Uruguai	1985-2010	Multipartidário (gabinete de coalizão)	Perfis, sobrevivência e coalizão	Como são escolhidos e por que são substituídos os ministros no Uruguai?
Pomares <i>et al.</i> (2014)	Los caballeros de la mesa chica	Argentina	1983-2014	Bipartidário (gabinete de partido único)	Perfis e coalizão	Que estratégias de montagem do governo elegeram os presidentes na Argentina?
Villagarcia (2014)	¿Todos los ‘hombres’ del Presidente?	Peru	2001-2014	Multipartidário (gabinete de coalizão)	Perfis e sobrevivência	Como se dá a nomeação de ministros no Peru no contexto pós-fujimorismo, dado os perfis (políticos e técnicos) dos escolhidos?

⁵ Cabe destacar que as perguntas de pesquisa, bem como os objetivos não são literalmente extraídos dos textos, dado que muitos deles nem as expõem de forma clara. Sendo assim, esta coluna procura, a partir da leitura atenta, expor uma pequena síntese do que foi possível concluir dos textos no que diz respeito aos problemas de pesquisa e seus respectivos objetivos.

Autor (Ano).	Título	País analisado	Período	Presidencialismo (tipo de gabinete)	Tipos de abordagens a partir do Diagrama de Venn (Figura 2)	O que propõe o artigo (pergunta de pesquisa) ⁵
Gené (2016)	Los elencos del presidente. Expertise, destrezas políticas y anclajes sociales	Argentina	1983-2011	Bipartidário (gabinete de partido único)	Perfis	Quais recursos políticos orientam a distribuição de ministérios na Argentina?
Codato & Franz (2018)	Ministros-técnicos e ministros-políticos nos governos do PSDB e do PT	Brasil	1995-2014	Multipartidário (gabinete de coalizão)	Perfis	Qual a <i>expertise</i> dos ministros recrutados pelos governos do PT e do PSDB levando em conta suas trajetórias política, profissional e educacional?
D'Araujo, & Ribeiro, (2018)	Trajetória socioeducacional dos ministros brasileiros na Nova República	Brasil	1985-2016	Multipartidário (gabinete de coalizão)	Perfis	Quais os perfis dos ministros recrutados pelos governos eleitos da Nova República, sobretudo em termos de inserção político-partidária e de expertise técnica?
González & Garrido (2018)	Socialización, trayectorias y poscarrera de ministros	Chile	1990-2010	Multipartidário (gabinete de coalizão)	Perfis e sobrevivência	Quais características pessoais e que tipo de trajetórias e carreiras políticas possuem os indivíduos que foram ministros no Chile entre 1990-2010?
Palotti & Cavalcante (2019)	Estratégias de Nomeações Ministeriais	Brasil	1990-2016	Multipartidário (gabinete de coalizão)	Perfis e coalizão	Quais os perfis dos ministros recrutados pelos governos eleitos da Nova República, sobretudo, em termos de inserção político-partidária e de expertise técnica? Materiais
Mejía, Forero & Oviedo (2021)	Is it Time for a Minister Change?	Colômbia	1958-2018	Multipartidário (gabinete de coalizão a partir de 1991)	Perfis e sobrevivência	Como é a seleção e quais as taxas de sobrevivência de ministros na Colômbia?

FONTE: elaborado pelo autor

3.2 SÍNTESE E DISCUSSÃO DOS TRABALHOS SELECIONADOS

Os achados dos textos selecionados estão inseridos em quatro perspectivas interseccionadas de discussão, provenientes de três abordagens relativas a estudos sobre ministros (perfil, sobrevivência e coalizão), como demonstrado na Figura 2.

FIGURA 2 - DIAGRAMA DE VENN PARA OS TEXTOS SELECIONADOS



FONTE: elaborado pelo autor.

Em primeiro lugar estão os estudos essencialmente sobre perfis de ministros de Estado (CARRERAS, 2013; CODATO & FRANZ, 2018; D'ARAUJO & RIBEIRO, 2018; GENÉ, 2016). Nesta perspectiva, mesmo que próximo aos estudos de sobrevivência, está o trabalho de Vilagarcía (2014). Na sequência, figuram os estudos sobre perfis e os mecanismos de coalizão (INÁCIO, 2013; DÁVILA. LAVADOS & AVENDAÑO, 2013; PALOTTI & CAVALCANTE, 2019), além de Pomares *et al.* (2014), que se concentra essencialmente em

discutir perfis, mas faz menção à teoria de coalizões ao refutá-la como variável explicativa ao caso argentino.

Em terceiro lugar, estão os trabalhos sobre perfis e sobrevivência (GONZÁLEZ & GARRIDO, 2018; MEJÍA, FORERO & OVIEDO, 2021) e, por fim, em quarto lugar, os estudos que integram as três frentes de discussão, ou seja, perfis, sobrevivência e coalizão (CHASQUETTI, BUQUET & CARDARELLO, 2013; CAMERLO, 2013). No caso do último, há a inclusão do autor também na discussão sobre coalizão, na medida, em que esta é utilizada para refutá-la como capaz de explicar a composição ministerial na Argentina.

O primeiro artigo (Quadro 1) “*Gabinetes de partido único y democracias presidenciales*”, (CARMELO, 2013) ao lado dos quatro artigos seguintes, figuram um dossiê, intitulado *Ministros del presidente* e editado pelo periódico *America Latina Hoy*. “[...] dedica-se ao aspecto central do que [...] parece configurar-se como um terceiro momento da agenda de estudos sobre os gabinetes presidenciais: os indivíduos que compõem esses gabinetes” (CAMERLO, 2013, p.#, tradução nossa)⁶.

Ainda sobre o primeiro o artigo, com uma pergunta voltada a entender o funcionamento dos gabinetes pós-redemocratização (1983-2011) na Argentina, o autor analisa não só os perfis, como também a rotatividade dos ministros nesse período. Uma questão importante a se destacar é que este artigo, bem com outros dois que compõem nossa seleção e tratam da questão do presidencialismo na Argentina (POMARES *et al.*, 2014; GENÉ, 2016), enfatizam as características desse país em comparação aos vizinhos da região. O caso argentino, destacado como caso único ou “*caso testigo*” (OLIER & PALUMBO, 2015), se sustentou na maior parte do tempo em dois partidos, sem a necessidade ou condições necessárias (CAMERLO, 2013; GENÉ, 2016) de se obter maioria no Congresso em troca de gabinetes ministeriais.

Por mais que alguns presidentes tenham sido eleitos por coalizões eleitorais (POMARES *et al.*, 2014), este fato não se refletiu na composição dos gabinetes (CAMERLO, 2013; CANELO, 2014; GIORGI, 2014; GENÉ, 2016; GENÉ, CODATO & PERISSIONOTTO, 2016), que seguiram critérios distintos daquelas observados em países onde predominam os presidencialismos de coalizão, como é o caso do Brasil (AMORIN NETO, 1994; 2006; BATISTA, 2013; FIGUEIREDO & LIMONGI, 2002; NEGRETTO, 2006; INÁCIO, 2013; CAVALCANTI & PALOTTI, 2016; 2018), do Chile (D’AVILA, OLIVARES & AVEDAÑO, 2013; GONZALES-BUSTAMANTE & OLIVARES, 2016; OLIVARES,

⁶ No original: “[...] está dedicada al aspecto central de lo que [...] parece configurarse como un tercer momento en la agenda de estudios sobre gabinetes presidenciales: los individuos que componen dichos gabinetes”.

2022), do Uruguai (CHASQUETTI, BUQUET & CARDARELLO, 2013), da Colômbia (MEJÍA, FORERO & OVIEDO, 2021); do Peru (CARRERAS, 2013; VILLAGARCIA, 2014).

Dessa forma, o artigo de Camerlo (2013), cabe ainda ressaltar, levanta discussões para a composição de gabinetes de partido único, até então tratadas, quase exclusivamente, à luz da teoria das coalizões ou, no caso da América Latina, em relação aos presidencialismos de coalizão, a saber a *i.* afiliação partidária; *ii.* os critérios usados pelo presidente para a escolha dos ministros; e, por fim, *iii.* a rotação ministerial, que no caso de gabinetes unipartidários merecem atenção não só pelas mudanças de gabinetes, como pelas contínuas saídas de ministros.

Esse fenômeno será observado em artigo que discutiremos mais à frente “*Is it Time for a Minister Change? Cabinet Survival in Colombia*” (MEJÍA, FORERO & OVIEDO, 2021), mas que merece atenção. Os autores destacam que a rotação em sistemas bipartidários, ao contrário dos multipartidários, tendem a ter um percentual maior de instabilidade, ou seja, gabinetes de partido único tendem a sofrer mais mudanças, ao passo que gabinetes multipartidários tenderiam a ter maior estabilidade.

A explicação viria pelo fato de que quanto mais partidos, maior são os custos da mudança, o que não ocorreria quando a escolha está mais à volta dos interesses pessoais do presidente, bem como na resolução de conflitos internos de seu partido.

A título de outro exemplo dessa discussão, e para demonstrar os avanços que a literatura obteve nos últimos anos, Codato, Gené & Perissinoto (2020, p.15) identificam tal fenômeno no caso argentino “[...] o *turnover* ministerial, entendido como evidência do grau de estabilidade ou instabilidade dos governos, é similar nos dois países [...]”. Dessa forma, Brasil e Argentina não se diferenciaram, de acordo com os autores, quanto às chances de um ministro sobreviver no cargo.

O segundo artigo “*Escogiendo ministros y formando políticos*” (INÁCIO, 2013) trata das nomeações ministeriais no caso brasileiro. O texto deixa claro seus objetivos: “investigar a seleção ministerial e estimar as probabilidades de seleção de políticos profissionais versus a seleção de técnicos ou políticos novatos em gabinetes” (2013, p.42).

A autora dá sequência a um rol de trabalhos que tratam das coalizões no sistema multipartidário brasileiro (AMORIN NETO, 1994; 2006; FIGUEIREDO & LIMONGI, 2002; NEGRETTO, 2006). A argumentação central do texto está nas estratégias que os partidos políticos adotam na seleção dos seus quadros para a negociação com o Executivo. Para Inácio (2013) “apesar da participação ativa dos partidos políticos nos ministérios [...] *existe* [ao menos

naquele momento] um *gap* entre a análise sobre os *governos de coalizão e a participação de políticos profissionais* no Brasil” (p. 43, tradução e grifo nossos).

Interessa observar que essa preocupação – a de medir a participação de políticos profissionais nos governos – permeará quase todos os trabalhos selecionados, em maior e menor grau, com avanços metodológicos e achados que vão marcar os estudos sobre os perfis dos ministros. Ressalta-se que todos eles serão melhor apresentados junto aos respectivos quadros que tratam das escolhas metodológicas e dos principais achados dos textos.

O artigo “*Los gabinetes de la concertación en Chile*” (DÁVILA, LAVADOS & AVENDAÑO, 2013) aborda o período pós-ditadura no Chile e analisa os quatro mandatos seguintes vencidos pela *Concertación de Partidos por la democracia*, que governou o país entre os anos de 1990-2010 até a eleição de Sebastián Piñera. O autor centra sua atenção na busca por compreender a relação existente entre o tipo de ministério (político, social, econômico ou misto) e o tipo de educação do ministro escolhido para umas dessas jurisdições.

Assim como a preocupação em compreender se ministros são ou não políticos profissionais, o interesse em entender o nível de *expertise*⁷ desses ministros será, ao lado da já citada preocupação com o nível de “politização” dos ministérios, a tônica dos trabalhos selecionados, bem como da literatura sobre o estudos dos perfis de ministros ao longo dos anos 2010-2020 (AVENDAÑO, 2022; AMORIN NETO, 2007; CODATO & FRANZ, 2018; CAMERLO, 2013; CHASQUETTI, BUQUET & CARDARELLO, 2013; DE LUCA, 2011; D’ARAÚJO, 2018; ESCOBAR-LEMMON & TAYLOR-ROBINSON, 2005, 2009; GONZÁLEZ-BUSTAMANTE & OLIVARES, 2016, 2018; GIORGI, 2014; GENE, 2016; INÁCIO, 2013; PALOTTI & CAVALCANTE, 2018; OLLIER & PALUMBO, 2016).

O quarto artigo: “*presidentes outsiders y ministros neófitos*” (Carreras, 2013) segue na lógica de medir o grau (ou não) de politização do gabinete, no entanto, este trabalho destaca-se dos demais porque usa como variável dependente a eleição de um presidente *outsider*, Alberto Fujimori, que governou o Peru entre 1990-2000. O autor procura investigar quanto as

⁷ As habilidades técnicas concernentes às especificidades para o exercício do cargo de ministro são denominadas *expertise*. Esse conceito não possui uma conceituação única, dividindo opiniões acerca de sua definição. Alguns autores mensuram-no com base na variável educacional, medindo, assim, a trajetória acadêmica deles (D’ARAÚJO & RIBEIRO, 2018); outros aplicam-no a partir de variáveis de carreira, medindo, dessa forma, a experiência profissional adquirida na burocracia ou em cargos eletivos; há ainda, a aplicação combinada dessas dimensões (Filipi, 2018; Tokumoto & Filipi, 2018).

nomeações de ministros são “menos políticas” e mais ligadas a nomes independentes e técnicos (*experts*). Carreras opera esta análise comparando os gabinetes de Fujimori, um *outsider*, com seus dois antecessores, políticos tracionais do Peru (Fernando Belaúnde e Alan Garcia). No que diz respeito aos *outsiders*, o Peru será ao longo dos anos 2000 o lugar onde haverá outros presidentes sem uma carreira política prévia; depois de Fujimori, Alejandro Toledo (2001-2006) e Ollanta Humala (2011-2016) serão eleitos presidentes (CARRERAS, 2013).

O quinto artigo da seleção “*La designacion de gabinetes em Uruguay*” (CHASQUETTI, BUQUET & CARADELLAS, 2013) aborda a formação e a rotatividade de ministros no Uruguai entre os períodos de 1985 a 2010. Como exposto, o período é marcado pelo retorno da democracia, assim como a maioria dos estudos desta seleção.

O artigo seguinte “*Los caballeros de la mesa chica*” (POMARES *et al.*, 2014) é um artigo que analisa a Argentina entre 1983 e 2011 e traz dados essencialmente descritivos sobre o período estudado. Sucinto e breve, o artigo não se aprofunda em discussões teóricas, apesar de citá-las de forma protocolar. Sobre os achados do trabalho, o que essencialmente o constitui, faremos junto ao Quadro 4 nas próximas subseções.

Em “*¿Todos los ‘hombres’ del Presidente?*” (VILLAGARCIA, 2014) dá sequência à discussão travada por (CARRERAS, 2013) ao identificar os mecanismos de escolha dos presidentes eleitos no contexto do pós-fujimorismo entre 2001-2014, período em que passam pela presidência Alejandro Toledo, há o retorno de Alan García, bem como a eleição de Ollanta Humala. O objetivo do texto, além de reunir informações sobre os perfis dos ministros, é compreender, a partir de indicadores, o nível de estabilidade ministerial nos referidos governos.

No trabalho “*Los elencos del presidente. Expertise, destrezas políticas y anclajes sociales*” Gené (2016) avança na tentativa de encontrar padrões de carreiras para a Argentina, como havia feito Camerlo (2013). A autora avança na tentativa de compreender os perfis ministeriais, dando enfoque ao nível de *expertise* dos ocupantes das pastas e salientando a importância de uma teoria que levante questionamento, que não os da literatura de coalizões, próprias de países como Brasil, por exemplo. “[...] as questões que são centrais nesse tipo de dinâmica política não pertencem a outros sistemas como, por exemplo, o argentino [...]” (GENÉ, 2016, p. 3, tradução nossa)⁸.

Os textos seguintes, com exceção do antepenúltimo, são publicações acerca da seleção de ministros no Brasil (CODATO & FRANZ, 2018; D’ARAÚJO & RIBEIRO, 2018;

⁸ No original: “[...] las preguntas que resultan centrales para este tipo de dinámica política carecen de pertenencia en otros sistemas como, por ejemplo, el argentino [...]”

PALOTTI & CAVALCANTE, 2019). O primeiro “*Ministros-técnicos e ministros-políticos nos governos do PSDB e do PT*” tem o objetivo de avançar sobre, assim como o faz Gené (2016), a *expertise* dos ministros, comparando os governos do PSDB e PT entre 1994-2015, período pelo qual há 5 mandatos presidenciais e três presidentes: FHC (I e II), Lula (I e II) e Dilma I. O artigo é claro no objetivo ao questionar se “políticos são, de fato, muito menos experientes nos temas dos seus ministérios do que os ministros-técnicos?” (CODATO E FRANZ, 2018, p. 780)

O artigo de D’Araújo & Ribeiro (2018) “*Trajetória socioeducacional dos ministros brasileiros na Nova República*” traça um perfil dos ministros brasileiros, dando enfoque a questões como formação, escolaridade, carreira e regionalidade na composição dos gabinetes. De forma a mensurar quantitativamente, os autores expõem os dados para cada governo de 1985 a 2016.

Antes de seguir com o próximo texto da seleção, adianto a discussão do artigo de Palotti & Cavalcante (2019), dado que a temática é a quarta e última da seleção a tratar sobre Brasil. Os autores exploram a presença de políticos profissionais e avançam na discussão propondo um índice de politização ministerial – nas duas próximas seções, discutiremos melhor as escolhas metodológicas, mas vale ressaltar aqui o avanço que traz o artigo neste quesito.

Novamente, assim com os outros dois artigos que analisam gabinetes no Brasil (CODATO & FRANZ, 2018; INÁCIO, 2013) há a preocupação em compreender a presença de políticos nos ministérios, levando em conta dois aspectos: *i.* de onde provêm estes indivíduos (nível de envolvimento e participação partidários); *ii.* se se diferenciam em relação ao conhecimento técnico de que dispõem, quando comparados aos “tecnocratas”. Vale ressaltar que essa preocupação, sintetizada nos casos dos estudos dos gabinetes brasileiros, permeia e dialogam com a quase totalidade dos artigos de que dispomos para a construção desta revisão sistemática, a saber: quem são os ministros e a sua relação (grau de participação) com o universo partidário, bem como de que *backgrounds* dispõem, sejam eles educacionais – e se há relação com a pasta a que foram alocados; sejam eles de experiência político-pública ou privada.

Sobre os dois últimos artigos, o de Gonzales-Bustamente & Olivares (2018) “*Socialización, trayectorias y poscarrera de ministros*”, cuja temática são os gabinetes no Chile de 1990-2010, mesmo período de análise de Dávila, Lavados e Avendaño (2013). A mudança, contudo, se dá em perguntas de pesquisa (Quais características pessoais e que tipo de trajetórias e carreiras políticas possuem os indivíduos que foram ministros no Chile entre 1990-2010?) direcionadas a objetivos claros, ou seja, de compreender, por meio de técnica quantitativa de pesquisa, QCA, como se estruturam “os capitais” políticos, técnicos e familiares dos ministros

analisados para o período. Sobre a discussão da literatura, os autores têm clara relação com a obra ou com a influência bourdeusiana, “*La carrera o trayectoria de un individuo se encuentra condicionada por los recursos y estructuras de capital que posee*” (JOIGNANT, 2012, *apud* GONZALES-BUSTÁMANTE & OLIVARES, 2018, p. 37), contrastando, dessa forma, com a maior parte dos autores e autoras que se inclinam ou para lógica da Sociologia Política ou para os vieses institucionalistas ligados ao *mainstream* da Ciência Política.⁹

Por fim, o último artigo da seleção “*Is it Time for a Minister Change?*” (MEJÍA, FORERO & OVIEDO, 2021), já mencionado anteriormente, trata de uma longa série de formação de gabinetes na Colômbia (1958-2018). Ademais, é o artigo mais recente em termos de publicação em nossa seleção de artigos.

3.4 ANÁLISE DAS ABORDAGENS E ESCOLHAS METODOLÓGICAS ADOTADAS PELOS TRABALHOS

Quanto às abordagens metodológicas, os trabalhos variam significativamente em suas escolhas, dado que parece não haver uma padronização para a área. Enquanto alguns trabalhos possuem uma clara definição quanto aos seus objetivos e métodos; outros apresentam sucintamente as variáveis utilizadas, sem mencionar problemas de pesquisa, objetivos, hipóteses e outros mecanismos de análise. Nesta subseção, faremos uma análise das abordagens metodológicas adotadas pelos autores, contudo, salientamos que para consulta sistematizada desses dados é possível ver Quadro 6.

A estatística descritiva, apresentando frequências simples sobre os objetos de análise, são constantes e permeiam quase todos os trabalhos, mesmo aqueles (CAMERLO, 2013; CAVALCANTE & PALOTTI, 2019; CODATO & FRANZ, 2018; INÁCIO, 2013; MEJÍA, FORERO & OVIEDO, 2021) que buscam metodologias mais avançadas com o objetivo claro de encontrar respostas mais palpáveis acerca dos seus estudos e análises.

Outro fator importante é a mudança que parece haver ao longo dos anos. Por mais que trabalhos como os do dossiê do periódico *América Latina Hoy* possuam consistência, quando de sua publicação em 2013, há ainda uma clara tentativa de buscar modos de mensuração que

⁹ Na próxima subseção, faremos uma breve análise bibliométrica, antes de seguirmos com as próximas discussões, a fim de termos um “mapa” da literatura utilizada pelos autores, bem como de periódicos e outras referências.

sejam mais assertivos. São os exemplos de trabalhos que caminham nessa direção os de Inácio (2013) e Camerlo (2013).

No primeiro caso, a autora expõe com clareza as hipóteses, bem como os objetivos e variáveis de mensuração¹⁰ do fenômeno investigado, a saber o de que a nomeação ministerial seria uma espécie de cálculo partidário para converter a retenção ou a projeção de quadros partidários. Dessa forma, a autora desenha a pesquisa centrada em dois pilares que se convertem em hipóteses para o trabalho. Em primeiro lugar (h1), afirma, a lealdade, os vínculos partidários, bem como o pertencimento a partidos políticos competitivos aumentaria a chance de seleção de políticos profissionais para o cargo de ministro. Em segundo lugar (h2), o oposto seria verificado quando o selecionado fosse alguém oriundo de um partido pequeno ou em expansão, bem como obtivesse mais expertise para a pasta designada.

No caso do artigo de Carmelo (2013), por mais que não exponha com clareza a hipótese – mesmo que deixe claro que os mecanismos utilizados pela teoria das coalizões não sejam suficientes para explicar a seleção de ministros na Argentina – o autor deixa claro os objetivos e as variáveis, bem como os mecanismos de mensuração, o que permite uma compreensão do objeto analisado.

Como salientado nos comentários relativos ao Quadro 5, no artigo “*Gabinetes de partido único y democracias presidenciales*” Camerlo (2013) tem o objetivo de compreender os mecanismos de seleção e rotatividade dos gabinetes argentinos, à luz de variáveis que sejam capazes de compreender a seleção de ministros em um sistema presidencialista, cuja composição do gabinete se dá pela lógica do partido único, ou seja, do partido do chefe do Executivo, sem a necessidade, portanto, de coalizão.

Dessa forma, a vinculação com o presidente, a competência específica para pasta, bem como o nível de envolvimento com o partido (ou não) – já que o autor destaca que essa não é

¹⁰ Mecanismos de mensuração das variáveis: a) anos de filiação do ministro ao partido responsável pela sua indicação; b) se a área de formação do ministro corresponde com o campo do ministério; c) grau de envolvimento com o partido: (1) apenas filiado; (2) membro da executiva nacional; (3) ocupou posição formal do líder partidário em intuições representativas; d) contingente legislativo do partido na Câmara dos deputados no ano anterior à nomeação do ministro; e) Controle partidário do ministério: se já nomeou outro ministro para o posto (1) ou se foi nomeado por partido diferente (0); f) jurisdição: divisão em 6 grupos de ministérios¹⁰. Além dos mecanismos de constrangimentos pelo chefe do Executivo que também são utilizados pela autora: desproporcionalidade bancas-ministérios; g) diferencia entre a proporção de bancadas de cada partido na Câmara de Deputados e a proporção de ministérios controlados por esse partido; h) curso do mandato presidencial: número de meses entre a nomeação dos ministros e a seguinte eleição presidencial; i) partido do presidente: se o ministro é nominado pelo partido do presidente ou pelos demais partidos (categoria de referência). Ver Inácio (2013, p. 41, tradução nossa).

uma variável capaz de explicar o processo de recrutamento naquele país – são exploradas, a fim de apresentar uma resposta, que é confirmada pelo estudo.

Em direção aos estudos sobre os gabinetes argentinos, os trabalhos de Pomares *et al.*, (2014) e Gené (2016) parecem não avançar naquilo que fora levantado por Camerlo. No primeiro caso fica evidente um estudo meramente confirmatório de dados, na medida em que não há grandes discussões, apenas frequências de dados já conhecidos pela literatura sobre gabinetes argentinos. No segundo caso, Mariana Gené avança na compreensão da variável competência técnica para a pasta, ou seja, a *expertise* de que dispõe o ministro selecionado, seja em termos de carreira (política ou pública) ou profissional. Cabe destacar que o trabalho de Gené é o único *paper* da seleção, de modo que as publicações posteriores da autora seguem novas abordagens metodologicamente muito bem estruturadas (GENÉ, 2017; PERISSINOTTO, CODATO & GENÉ, 2020). De toda forma, não há avanços em termos de índices ou medidores padrões para analisar o caso argentino, algo que nos parece uma deficiência no caso dos estudos sobre gabinetes na Argentina, cujo rol de trabalhos conta na última década com significativo repertório (OLLIER & PALLUMBO, 2015; CAMERLO 2011; 2013).

Nos casos seguintes, também do dossiê de *América Latina Hoy*, Dávila, Lavando e Avendaño (2013), Carreras (2013) e Chasqueti Buquet e Caradellas (2013), analisando respectivamente Chile, Peru e Uruguai temos estudos que avançam na metodologia, ao menos para o momento daquele estudo, quando aplica testes de Regressão, o mesmo observado em outros trabalhos como de Inácio, (2013) e de Mejía, Forero & Oviedo (2021).

É importante salientar que todos lidam com variáveis acerca da coalizão, no caso de Chile e Peru há também a tentativa de explicar os motivos de saída com testes que tentam identificar os mecanismos causais desse fenômeno. Além destes, cabe citar os de D'Araújo, & Ribeiro (2018) Mejía, Forero & Oviedo (2021), cujas estruturas são parecidas, sendo o trabalho de D'Araújo o mais descritivo.

O artigo de Villagarcia (2014) não possui significativos avanços no que diz respeito aos aportes metodológicos, de modo que segue uma lógica descritiva de resultados e dos dados acerca dos governos seguintes ao período fujimorista.

Ao lado de trabalhos com envergadura metodológica, como os de Camerlo (2013) e Inácio (2013) estão outros três trabalhos, publicados entre 2018 e 2019: González-Bustamante & Olivares (2018); Codato & Franz 2018, bem como Palotti, & Cavalcante (2019). O primeiro “*Socialización, trayectorias y poscarrera de ministros*” conta com um desenho de pesquisa que

permite uma compreensão da análise do estudo como um todo. Utilizando-se de técnica de QCA, os autores expõem hipóteses claras, bem como os objetivos, as variáveis e os mecanismos de mensuração dos dados. Ademais, ao testar as hipóteses e ter duas delas negadas, estabelece-se uma discussão para os limites do método, principalmente em termos de amostragem, dado que os 108 indivíduos da análise corresponderiam a 60% da população de ministros no período analisado pelo estudo – os gabinetes do Chile entre 1990 e 2010, período em que o país é governado pela “*Concentración de partidos pela democracia*”.

Gonzalez & Garrido (2018) destacam que a qualidade do estudo se dá, a despeito de o banco não contar com 100% dos ministros, pelo nível da coleta dos dados, feitas, além de materiais biográficos, com extensas entrevistas com os ocupantes das pastas ministeriais, o que os permitiu um significativo apanhado de informações, principalmente familiares, trajetórias e carreiras, informações que iam ao encontro dos objetivos do estudo: compreender se capital político, recursos técnicos (de formação), e trajetória familiar eram variáveis relevantes para a manutenção do ministro no cargo. Para o respectivo estudo, comprovou-se só a primeira.

O segundo estudo, o artigo de Codato & Franz (2018), expõe um desenho de pesquisa em que há objetivos muito claros, mesmo que não haja uma hipótese especificada. De toda forma, as perguntas de pesquisa levam a suposições pensadas pelos autores: “1) o ministério dos governos Cardoso foi mais técnico do que os dos governos de Lula e Dilma?” ou ainda “o ministério dos petistas foi muito mais partidário do que o ministério dos peessedebistas? 2) qual a expertise dos políticos nomeados para os gabinetes dos governos do PT e do PSDB nos assuntos específicos de suas pastas? [...]” (CODATO & FRANZ, 2018, p. 780). Os objetivos se integram aos mecanismos de mensuração das variáveis, permitindo respostas às perguntas de pesquisa, bem como atendendo ao (s) objetivo (s) do trabalho, os quais serão mais bem discutidos na próxima seção.

O terceiro artigo pontuado, o de Palotti & Cavalcante (2019), traz uma inovação ao propor um índice de politização ministerial (IPM)¹¹, que consiste em um ajuste da proposição

¹¹ Variáveis que compõem o índice: a) *Filiação partidária* – estar filiado a partido político quando foi nomeado ministro; (Sim – 1 ponto); b) *Cargo eletivo* – ter exercido qualquer mandato eletivo (no Executivo ou Legislativo, em qualquer nível governamental) anteriormente à indicação ao cargo de ministro; (Sim – 1 ponto); c) *Cargo na administração partidária* – ter ocupado algum cargo na estrutura administrativa do partido político (presidência nacional; presidência estadual ou municipal; secretaria geral; tesouraria etc., inclusive na sua fundação); (Sim – 1 ponto); d) *Formação acadêmica* – possuir formação acadêmica em nível de mestrado ou doutorado; (Não – 1 ponto); e) *Servidor público ou militar* – ter tido atuação profissional anteriormente como servidor público de carreira ou militar; (Não – 1 ponto); f) *Experiência gerencial na área* – ter exercido cargos gerenciais diretamente relacionados ao cargo de ministro ocupado, em âmbito nacional ou subnacional; (Não – 1 ponto). Ver Palotti e Cavalcante (2019, p. 8 e 9).

feita por Borges & Coelho (2015). O índice consiste em medir variáveis que os autores julgam necessárias para determinar o quão político ou técnico possa ser um ministro. No que diz respeito à categorização como técnicos “[...] argumenta-se que o extremo inferior da escala (valores 0 e 1) abriga ministros com perfis predominantemente técnico [...], ao passo que o extremo superior reúne os políticos profissionais, ministros com elevada vinculação partidária e atuação política (valores 5 e 6).” Por fim, quanto aos ministros que teriam uma classificação intermediária “Os valores [...] (2, 3 e 4) abrigam perfis mistos, “técnico-políticos”, com níveis intermediários quanto à inserção política e atuação técnica”. (PALOTTI & CAVALCANTE, 19, p. 8).

Dito desta forma, é perceptível o avanço que há entre Inácio (2013) e Camerlo (2013), e que perpassa por Codato & Franz (2018) até o índice proposto por Palotti & Cavalcante (2019). Enquanto nos dois primeiros casos, temos a organização sistemática de mensurações para entender quem são os ministros selecionados (para os casos de Brasil e Argentina respectivamente), ou seja, de onde provêm, bem como qual a importância de sua trajetória política (ou não) para a escolha ou permanência nos cargos; os trabalhos seguintes permitem a aplicação de uma medida mais replicável e escalonada, com destaque para o último que materializa em um índice capaz de aferir com certa clareza a “proveniência” desses ministros, sejam eles técnicos, políticos ou técnicos-políticos, como será o observado e discutido na próxima seção, quando tratamos dos principais achados dos trabalhos.

QUADRO 6 - ABORDAGENS METODOLÓGICAS ADOTADAS PELOS TRABALHOS SELECIONADOS

Autor	Unidade de análise	Hipóteses	H ¹²	Objetivos	Variáveis observadas ¹³	Metodologia
Camerlo (2013)	168 ministros	Não há uma hipótese especificada no texto, mas o autor expõe que sua investigação parte da ideia de que os aspectos analisados pela teoria de coalizão não seriam suficientes para determinar os mecanismos de escolha de ministros de gabinetes únicos, como é o caso da Argentina.	x	Detectar os diferentes recursos políticos destinados à distribuição dos ministérios (suportes, alinhamentos e capacidades de quê? ou de quem? e os distintos perfis ministeriais).	Independentes: 1. Vínculo com o partido político; 2. Vínculo pessoal com o presidente; 3. Existência de afiliações extrapartidárias (grupos organizados); 4. Competência específica (formação, tipo e duração da experiência profissional, na esfera pública ou privada); 5. Envolvimento com o presidente ou apenas “aderente” de campanha eleitoral; 6. Posição política {?} ocupada antes de chegar ao cargo ministerial; 7. Se existiu associação a conflitos ou eventos externos; 8. O momento da mudança do ministério, se relação com o calendário eleitoral ou o ciclo do mandato; 9. Modalidade de mudança no/do gabinete, se individual ou coletiva; 10. Posição imediatamente ocupada depois da saída do ministério.	Estatística descritiva
Inácio (2013)	102 posições em 164 nomeações	H1: a lealdade, os vínculos partidários e o pertencimento a partidos competitivos aumentam as chances de seleção de políticos profissionais para o cargo de ministro H2: as probabilidades de seleção de políticos novatos ou tecnocratas aumentam com a expertise ou o pertencimento a partidos em fase de expansão organizacional	Sim	Investigar a seleção ministerial e estimar as probabilidades de designação de políticos profissionais vs. técnicos ou políticos novatos em gabinetes multipartidários.	Independentes: 1. Lealdade partidária; 2. Expertise; 3. Vínculo partidário; 4. Capilaridade do partido; 5. Controle partidário do ministro; 6. Contingente legislativo; 7. Área de jurisdição do ministério; 8. Desproporcionalidade; 9. Partido do presidente; 10. Período do mandato.	Estatística descritiva e regressão logística

¹² Hipótese (s) se confirma ou não?

¹³ As variáveis dependentes, portanto, que tratam do fenômeno estudado, se estruturam, em sua grande maioria, na lógica de compreender, quais os perfis, bem como os mecanismos de escolha, duração, dentre outros aspectos que pretendem ser analisados em relação a montagem de gabinetes e escolhas de ministros para as respectivas pastas.

Autor	Unidade de análise	Hipóteses	H ¹²	Objetivos	Variáveis observadas ¹³	Metodologia
Dávila, Lavados e Avendaño (2013)	180 ¹⁴	Não se coloca especificamente como hipótese, mas o autor deixa claro que seu argumento se fundamenta na ideia de que há uma relação entre expertise, carreira ministerial e tipo de ministério, uma vez que os tecnocratas estão mais presentes em ministérios econômicos e os políticos, em ministérios políticos.		Avançar no conhecimento empírico dos temas por meio da vinculação da literatura como tecnocracia e elites ministeriais.	1. Educação universitária completa 2. Mestrado completo (exceto em economia) 3. Mestrado completo em economia 4. PHD completo (exceto economia) 5. PHD ou candidato a PHD em economia 6. Sem militância 7. Militante de base 8. Candidato a cargos de eleição popular 9. Líder de partido 10. Candidato a cargo de eleição popular e líder de partido	Análise estatística e regressão logística.
Carreras (2013)		H1. Gabinetes formados por presidentes outsiders são mais técnicos, ao mesmo tempo que são possuem ministros com menos experiência política.		O objetivo central do estudo é elaborar uma teoria a que vincule os presidentes outsiders com a composição de gabinetes formados por ministros neófitos na política.	Independentes: 1. Experiência legislativa 2. afiliação partidária dos ministros; 3. atividade posterior à saída do ministério. 4. setor de origem;	Estatística descritiva e entrevista com ministros
Chasquetti, Buquet e Cardarellós (2013)	111 ministros ¹⁵	Não está exposta claramente, mas o autor supõe que a nomeação de ministros no Uruguai está sempre direcionada para negociações entre o presidente e os partidos coalizão eleitoral ou as facções internas dos partidos.		Mostrar como no caso uruguaio os presidentes designam ministros com o objetivo de alcançar e manter apoio Legislativo.		Estatística descritiva

¹⁴ Com base na Tabela 2, somando os quantitativos de cada governo.

¹⁵ Também não especificado, número determinado com base na Tabela 2, p.21, ver Chasquetti et al, 2013.

Autor	Unidade de análise	Hipóteses	H ¹²	Objetivos	Variáveis observadas ¹³	Metodologia
Pomares <i>et al.</i> (2014)	Não Especificado	Não há uma hipótese especificada		Não especifica.	Independente: 1. Pertencimento ao partido do presidente; 3. Porcentagem do partido do presidente na Câmara dos deputados versus a porcentagem de ministros do mesmo partido; 2. Ministros que provêm do distrito de origem do presidente; 4. Cargo eletivo prévio	Estatística descritiva
Villagarcia (2014)	Não especificado	Não há uma hipótese especificada		Apresentar descritivamente as características demográficas, políticas e profissionais do corpo ministerial peruano, além de aplicar a analisar indicadores sobre a estabilidade e a composição ministerial.	Independentes: 1. Vinculação partidária 2. Trajetórias dos ministros diferenciando entre ministros políticos e tecnocratas 3. Tipo de ministério e expertise	Estatística descritiva
Gené (2016).	146 ministros	Não há uma hipótese especificada		Não especifica	(não há variáveis estruturadas e apresentadas) Cabe, destacar, contudo que dentre os aspectos a serem analisados estão a expertise com base na formação e carreira, dentro e fora da política.	Estatística descritiva.
Codato & Franz (2018)	327 mandatos exercidos por 246 ministros.	Não há uma hipótese especificada		Avaliar a expertise dos ministros políticos e não políticos no Brasil e comparar gabinetes ministeriais dos governos do PSDB e PT	Independentes: 1. número e tipo de cargos ocupados pelos ministros antes da nomeação; 2. tempo de carreira; 3. escolaridade; 4. competências específicas relacionadas à pasta ocupada; 5. experiência dos indicados para os gabinetes no alto escalão da administração pública.	Estatística descritiva e regressão logística binária

Autor	Unidade de análise	Hipóteses	H ¹²	Objetivos	Variáveis observadas ¹³	Metodologia
D'Araújo & Ribeiro (2018)	406 indivíduos ¹⁶ .	Independentemente dos critérios político-partidários para escolha dos ministros, eles formam uma elite acadêmica em todos os governos, especialmente na área econômica, regionalmente distribuídos, com poucas distorções, levando-se em conta a população e PIB.	Sim	Analisar a composição ministerial da Nova República a partir de cinco fatores: sexo, etnia, idade, procedência regional e escolaridade.	1. Sexo; 2. Etnia; 3. Idade; 4. Região; 5. Escolaridade.	Estatística descritiva
González-Bustamante & Olivares (2018)	108 indivíduos	H1: o capital político (x1) permite que um ministro tenha trajetórias de longa duração nos gabinetes chilenos (Y) entre 1990 e 2010; H2: os recursos técnicos (x2) permitem que um ministro tenha trajetórias de longa duração nos gabinetes chilenos (Y) chilenos entre 1990 e 2010; H3: o capital político familiar (x3) permitem que um ministro tenha trajetórias de longa duração nos gabinetes chilenos (Y) entre 1990 e 2010.	H1: Sim H2: Não H3: Não	Analisar as características pessoais, trajetórias e carreiras políticas dos ministros chilenos durante o período de 1990-2010.	1. Capital político; 2. Recursos técnicos; 3. Capital político familiar.	QCA e estatística descritiva.
Palotti & Cavalcante (2019)	520 nomeações ministeriais e 347 indivíduos.	Não há uma hipótese especificada		Analisar o perfil dos ministros da Nova República a partir de nomeações para os gabinetes presidenciais no Brasil	Independentes: 1. mulher; 2. negro; 3. idade; 4. se é de São Paulo; 5. amigo do presidente; 6. clientela ministerial; 7. formação 8. profissão.	Estatística descritiva e teste de ANOVA.

¹⁶ A autora expõe que no período que serve de objeto da análise (1985-2014) houve 522 nomeações, 467 nomeados (sem repetição de nome), mas que, para a referida pesquisa, há apenas 406 ministros com informações para preenchimento do banco. Ver D'Araújo & Ribeiro (2018, p. 40).

Autor	Unidade de análise	Hipóteses	H ¹²	Objetivos	Variáveis observadas ¹³	Metodologia
Mejía, Forero & Oviedo (2021)	Não Especificado	H1: Ministros em sistemas bipartidários tenderiam a durar menos em seus cargos que ministros em presidencialismos de coalizão.		Analisar a formação e sobrevivência dos gabinetes presidenciais na Colômbia entre 1958 e 2018.	1. Pasta relevante; 2. Vínculo familiar; 3. Doutorado; 4. Proximidade a eleição seguinte; 5. sexo; 6. Mestrado 6. Mesmo partido do presidente; 7. Maioria no Senado; 8. Voto popular; 9. Se governo de coalizão ou não. 10. Vice-ministro; 11. Trajetória pública; 12. Região andina.	Estatística descritiva, análise de sobrevivência e Regressão de Cox.

FONTE: elaborado pelo autor, 2022.

3.5 OS PRINCIPAIS ACHADOS EMPÍRICOS DOS TRABALHOS

Uma discussão que permeia os achados empíricos e que abordaremos com maior ênfase nesta seção é o aspecto ministro-técnico (relacionado ao nível de expertise) e/ou ministro-político (relacionado à trajetória político-partidária) presentes em todos os trabalhos com exceção para o artigo de D'Araújo & Ribeiro (2018). A abordagem que procura identificar o ministro como político profissional (ou não-político) é essencialmente destacada pelos trabalhos sobre gabinetes ministeriais do Brasil, mas também abordadas nos estudos acerca dos gabinetes no Uruguai, Peru, Chile e tangenciada pelo trabalho sobre a seleção de ministros na Colômbia. No caso da Argentina, há destaque maior para o interesse em identificar a *expertise* do ministro em detrimento da identificação da carreira como político profissional, mesmo que ela seja medida. A seguir, analisaremos país a país e os principais achados e suas relações nas composições dos gabinetes e na seleção dos ministros. Na seção seguinte, acerca das conclusões dos trabalhos, abordaremos as possíveis intersecções entre os trabalhos estudados.

3.5.1 A seleção de ministros no Brasil

Os estudos sobre a formação de gabinetes e seleção de ministros para o caso brasileiro são marcados, como salientado, pela busca em identificar os perfis dos ministros em relação a categoria ministro-político e/ou ministro técnico.

A abordagem não se mostra maniqueísta no sentido de identificar se o ocupante da pasta se classifica como um ou outro, mas de compreender os níveis de quão político ou de quão técnico possa ser um ministro. Ademais, os estudos demonstram que a convivência entre ambos os perfis é algo que permeia os gabinetes brasileiros no contexto pós-redemocratização. Mesmo que haja diferenças entre governos (PALOTTI & CAVALCANTE, 2019), a literatura vem demonstrando que “[...] políticos profissionais sempre dividiram espaço com ministros de perfil mais técnico, sem monopolizar as pastas ministeriais” (CODATO & FRANZ, 2018, P. 777).

Os artigos de Codato & Franz (2018) e Palotti & Cavalcante (2019) merecem atenção e análise cuidadosa quanto às classificações metodológicas da categoria político e não político. Os trabalhos divergem ao apresentar um nível de *expertise* distinto, bem como quando analisado o nível de políticos e não políticos. Os dados de Codato e Franz (2018) indicam a presença de valores relativamente aproximados em relação aos governos do PT e do PSDB (1985-2014) como demonstra a Figura 3, elaborada com base nos dados apresentados pelos autores. Palotti

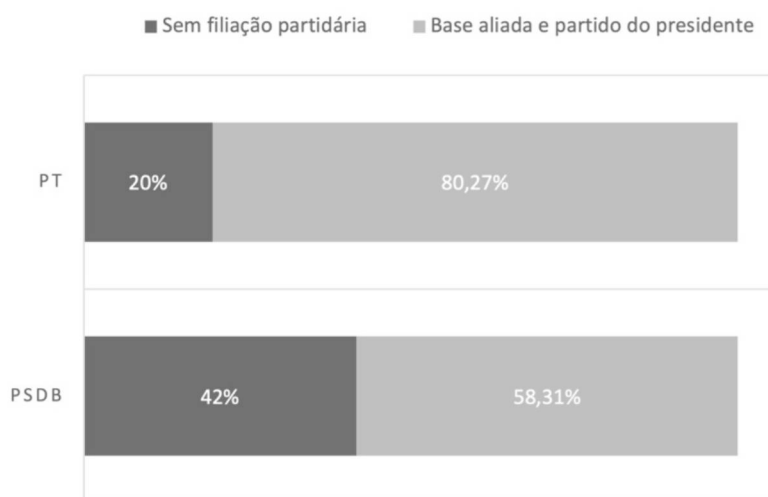
(2019), ao contrário, indica que nos governos do PT, os números são significativamente superiores, chegando a 80% em contraposição aos 58% observados governos do PSDB, como também demonstramos na Figura 4.

FIGURA 3 - MINISTROS POLÍTICOS E NÃO POLÍTICOS NOS GOVERNOS DO PT E PSDB



FONTE: elaborado pelo autor com base em Codato e Franz (2018).

FIGURA 4 - MINISTROS COM E SEM FILIAÇÃO PARTIDÁRIA NOS GOVERNOS DO PT E PSDB



FONTE: elaborado pelo autor com base em Palotti e Cavalcante (2019).

É interessante observar as variáveis elencadas pelos autores, bem como seus mecanismos de análise que são distintos e merecem ser observados. Enquanto o primeiro caso utiliza critérios para determinar se o ministro (ver Quadro 7) se encaixa como político profissional ou não; o segundo o faz a partir da filiação (ou não) do ministro no momento da

nomeação. O que revelam os resultados, portanto, é a complexidade da classificação entre um “político” e um “não político” e os próprios artigos atentam a isso.

Codato & Franz (2018) destacam que “[a] classificação foi feita por predominância de cargos do período exatamente anterior à posse na pasta ministerial, [dessa forma] os *não políticos* não devem, necessariamente, ser entendidos aqui apenas como ‘técnicos’ ou ‘tecnocratas’, visto que suas carreiras costumam ser híbridas, podendo já ter ocupado cargos públicos [...]”, (*ibidem*, p.781). Para os autores, portanto, a classificação de “político” se dá na medida em que os cargos anteriores à nomeação sejam essencialmente de natureza política. E acrescentam “Ministros no Brasil são, em geral, indivíduos com carreira profissional muito longa e intensa rotatividade, passando por inúmeras posições e de natureza muito diversa [...]” (*ibidem*, 781).

QUADRO 7 – COMPARAÇÃO ENTRE CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DA CATEGORIA POLÍTICO E NÃO POLÍTICO

Autor	Crériterios para designar político profissionais	Crériterios para não políticos (técnicos)
Codato & Franz (2018)	“Categorizamos como políticos os ministros de Estado que ocuparam nos últimos quatro postos majoritariamente (ou seja, 50% ou mais): i) cargos de natureza eletiva (vereador, prefeito, deputado, senador, governador); ii) cargos partidários (membros, secretários e presidentes de diretórios regionais e nacionais, assim como executivas municipais, estaduais e nacionais de partidos políticos); iii) cargos de nomeação em primeiro escalão (secretário municipal, secretário, ministro de Estado)”. Codato e Franz (2018, p. 781).	“Como não políticos classificamos os ministros que passaram a maior parte de suas carreiras, bem como os últimos quatro cargos antes de sua posse ministerial, em cargos por concurso e/ou em posições de confiança de médio e baixo escalão, além de professores, acadêmicos e executivos privados (Pedro Malan, Franklin Martins e Miriam Belchior, por exemplo)” (<i>ibidem</i>, p. 781).
Os autores propõem o índice de politização ministerial, que consiste, além do critério ser filiado ou não outros aspectos/variáveis que devem ser consideradas		
Palotti & Cavalcante (2019)	“a) Filiação partidária – estar filiado a partido político quando foi nomeado ministro; (Sim – 1 ponto); b) Cargo eletivo – ter exercido qualquer mandato eletivo (no Executivo ou Legislativo, em qualquer nível governamental) anteriormente à indicação ao cargo de ministro; (Sim – 1 ponto); c) Cargo na administração partidária – ter ocupado algum cargo na estrutura administrativa do partido político (presidência nacional; presidência estadual ou municipal; secretaria geral; tesouraria etc., inclusive na sua fundação); (Sim – 1 ponto);	d) Formação acadêmica – possuir formação acadêmica em nível de mestrado ou doutorado; (Não – 1 ponto); e) Servidor público ou militar – ter tido atuação profissional anteriormente como servidor público de carreira ou militar; (Não – 1 ponto); f) Experiência gerencial na área – ter exercido cargos gerenciais diretamente relacionados ao cargo de ministro ocupado, em âmbito nacional ou subnacional; (Não – 1 ponto) Palotti & Cavalcante (p.8, 2019)”.

FONTE: elaborado pelo autor com base em Codato & Franz (2018) e Palotti & Cavalcante (2019).

Palotti & Cavalcante (2019) chamam atenção para a categoria político e as possibilidades de categorização e o fazem citando o texto de (Inácio, 2013b), cuja classificação se dá em níveis (políticos de carreira ou políticos novatos e/ou com capacidade técnica. “Uma perspectiva alternativa é a que insere outras dimensões que possam evidenciar diferenças no estágio de carreiras políticas – como a contraposição entre políticos seniores e juniores, feita por Inácio (2013) [...] *apud* (de Moura Palotti & Costa Cavalcante, 2019)”. Sobre as discussões que Inácio (2013) faz a respeito, levando em conta a perspectiva (políticos de carreira e novatos/técnicos) elencamos no Quadro 3, cujo conteúdo contempla um mapeamento de todos os trabalhos.

3.5.2 A seleção de ministros na Argentina

Antes de seguir com os países que se configuram como multipartidário, trataremos dos estudos sobre gabinetes na Argentina, em cujas discussões sobressaem dois aspectos principais: a tentativa em identificar os perfis, em termos de expertise (CAMERLO, 2013; GENÉ, 2016), bem como em refutar a ideia de que o vínculo partidário possa ser um mecanismo explicativo para a formação de gabinete naquele país (CAMERLO, 2013; POMARES *et al.*, 2014).

No que diz respeito à vinculação partidária, menos de 50% dos ministros possuíam uma participação efetiva nos quadros partidários (CAMERLO, 2013). O autor salienta que o leque de que dispõem os presidentes, cujos gabinetes se configuram como unipartidários, é diversificado e complementar, na medida em que a seleção ministerial pode estar atrelada ao vínculo pessoal com o mandatário, por relações partidárias e pela compensação a apoios eleitorais.

Nessa perspectiva Gené (2016) e Pomares *et al.* (2014) complementam a perspectiva da seleção mostrando que os perfis, ou algumas das escolhas ministeriais, podem ser explicativos para o sistema presidencialista argentino e o seu funcionamento. Gené destaca que para os postos ministeriais relativos à jurisdição econômica os níveis de *expertise* se mostram em alto nível com 71% dos ministros formado em Economia e mais de 50% deles com algum tipo de pós-graduação.

Outro aspecto importante são os perfis dos nomeados para as pastas de jurisdição social, em especial o Ministério do Trabalho. “Uma forma de ampliar a representação de um gabinete se dá pela incorporação de grupos de organizados da sociedade civil e, portanto, fora da esfera legislativa, como os sindicatos, o movimento social e o setor empresarial (POMARES *et al.*,

2014, p. 5)”. Para o ministério do trabalho, entre 1983 e 2014, 23 dos 31 anos foi governada por dirigentes sindicais.

QUADRO 8 - PRINCIPAIS ACHADOS EMPÍRICOS DOS TRABALHOS SELECIONADOS

País	Autor (ano pub)	Achado 1	Achado 2	Achado 3
Brasil	Inácio (2013)	- Quadros com fortes vínculos partidários tendem a ser nomeados ministros, dado que a trajetória partidária se mostrou um fator determinante para a escolha, privilegiando a elite interna do partido; - Mais do que o cargo de condução partidária, o exercício de liderança do partido no legislativo configura trajetória exitosa em direção aos postos ministeriais.	- A hipótese de que os partidos políticos utilizam os postos ministeriais para privilegiar seus quadros é confirmada; - Partidos com maiores bancadas tendem a recompensar seus quadros de carreira; - Partidos menores criam oportunidades de acesso ao gabinete para políticos sem experiência e com trajetórias no setor privado.	- Sobre a lealdade partidária, não houve indicação de que essa variável se mostrasse significativa na seleção ministerial; - Para o caso do partido do presidente, houve o inverso, dado que a lealdade se mostrou um fator preponderante, ou seja, quando é o partido do presidente quem seleciona, as chances de um político profissional ser nomeado tendem a diminuir em favor de novatos ou tecnocratas. (ver Inácio, 2013, p. 63 e 64)
	D'Araujo & Ribeiro (2018)	Sobre a composição do ministério: - Espaço masculino e branco; - A média de idade dos ministros é 51 anos; - Mulheres, quando nomeadas, estiveram mais ligadas a áreas como Direitos humanos, cidadania e meio ambiente;	Sobre a procedência regional dos ministros: - Grande participação do Sudeste, que tem prioridade nas áreas econômicas; - Todas as regiões da federação são representadas, demonstrando o esforço federativo no sentido de produzir equilíbrio;	Sobre a formação dos ministros: - Instrução elevada (Direito é o curso mais recorrente, seguido de Economia e Engenharias); - 55,2% estudaram em apenas 5 universidades públicas e Católicas; - Quanto à pós-graduação, 50% dos que possuem doutorado fizeram-no na UERJ, UNICAMP e USP.
	Codato & Franz (2018)	- Apesar de o número de cargos prévios ser muito semelhante entre ministros-políticos e ministros-técnicos, estes últimos apresentaram maior escolaridade e expertise em relação à pasta ministerial ocupada;	- Apesar de a experiência administrativa em cargos de nomeação ser um dos critérios para classificarmos ministros como políticos, ela não se mostrou um atributo exclusivo de ministros com experiência política prévia, e sim uma característica comum à maioria dos ministros recrutados;	- Ministros nos governos tucanos e petistas não apresentaram diferenças significativas em relação à experiência profissional prévia e à expertise para as respectivas pastas.
	Palotti & Cavalcante (2019)	- Os governos no PT em geral apresentaram maior variação em relação à educação formal, com destaque para o menor desempenho quanto à experiência gerencial; - Os mandatos de FHC foram marcados por maior preponderância de perfis com elevada educação formal e experiência gerencial	- Do ponto de vista regional e de gênero, prevalecem severas desigualdades; - Governos do PT nomearam mais frequentemente mulheres e negros que os demais governos. - Presidentes petistas recorreram mais frequentemente a ministros com trajetória pregressa de empregados e menos recorrentemente a empregadores que presidentes tucanos	- Em relação à experiência político-partidária, os valores são marcadamente maiores para os governos petistas do que para os mandatos tucanos. - Sobre o vínculo político, há maior proporção de ministros com esse perfil na presidência de Itamar Franco e FHC do que nos governos petistas.

País	Autor (ano pub)	Achado 1	Achado 2	Achado 3
	Camerlo (2013)	- Menos de 50% dos ministros possuía uma participação ativa dentro do quadro partidário; - A afiliação partidária constitui-se limitada para registrar perfis relevantes de ministros, pondo parcialmente em questão a perspectiva da literatura de coalizões sobre o apoio legislativo;	“O processo de formação de gabinetes unipartidários mostra que os presidentes têm em mãos estratégias de distribuição de ministérios específicas e complementares em busca de suporte legislativo” – essas escolhas podem ser pelo vínculo pessoal, por relações partidárias, pela compensação de apoios eleitorais, dentre outros.	- “As potencialidades estratégicas de distribuição de ministérios transcendem o momento de formação do gabinete e se estendem por todo o seu ciclo de vida”.
Argentina	Pomares <i>et al</i> (2014)	- Presidentes argentinos “optaram por concentrar o poder de decisão ao invés de incorporar dirigentes que pudessem ampliar seu apoio político” (<i>ibidem</i> , p. 7).	- “As alianças eleitorais não se converteram em alianças de governo” (<i>ibidem</i> , p. 7).	Os presidentes argentinos se concentram mais em seu círculo de confiança quando perdem votos em disputas de meio de mandato, ou seja, ao perder assentos nas eleições congressuais, os presidentes se fecham mais no seu círculo
	Gené (2016)	- “Ministérios econômicos privilegiam as credenciais técnicas e os contatos internacionais, dada a importância central [para as políticas públicas e para o próprio processo político] que adquiriram esses tipos de ministérios” (<i>ibidem</i> , p. 17).	- No caso dos ministérios políticos, as elites alocadas nessas pastas se caracterizam por ter importantes características prévias (cargos eletivos e não eletivos e/ou vínculos interpessoais com os presidentes).	- As pastas sociais mostraram um tipo de recrutamento mais heterogêneo, com destaque para o vínculo sustentado com atores sociais e coletivos relacionados historicamente com essas áreas de governo.
Chile	Dávila, Lavados e Avendaño (2013)	- “Os partidos mantiveram uma importante presença nos gabinetes que se organizaram durante as quatro administrações de La Concertación” (<i>ibidem</i> , p.). - Esse fator (presença de quadros dos partidos) não impediu que houvesse o desenvolvimento de uma elite de <i>experts</i> vinculada principalmente no manejo de temas econômicos (<i>ibidem</i> , p. 87)”	- “O número de ministros independentes foi baixo nos quatro governos de “La Concertación” a partir de 1990 (<i>ibidem</i> , p. 87)”.	- “A relação entre tipo de ministério e expertise mostra que há uma correlação entre desempenhar um cargo num ministério econômico e possuir doutorado em economia (<i>ibidem</i> , p. 87)”.
	González e Garrido (2018)	Capital político do ministro se traduziu em trajetórias longas desses ministros nos gabinetes chilenos entre 1990 e 2010.	- Mais de 40% dos ministros do período tiveram como primeiro cargo, como cargo de estreia, o de ministro, ou seja, em 20 anos de governo, 4 de cada 10 nomeações foram destinadas à políticos e/ou tecnocratas que não tinham carreira dentro do Estado.	- Nos dois primeiros governos, Aylwin e Frei, é notória a participação dos principais dirigentes dos partidos que integravam a coalização de centro-esquerda.
			“Sobre os recursos técnicos, se mostrou insuficiente ter esse capital para se manter no cargo por longo período. Esse fato contrasta com a literatura sobre recrutamento de ministros, que coloca em evidência a ideia de que técnicos e/ou tecnocratas tenham maior força na composição de gabinetes ministeriais (<i>ibidem</i> , p. 53)”.	O capital político familiar se mostrou insuficiente para integrar o gabinete ministerial.

País	Autor (ano pub)	Achado 1	Achado 2	Achado 3
Peru	Carreras (2013)	- O achado central: “Presidentes <i>outsiders</i> tendem a nomear ministros com pouca experiência política e sem filiação partidária. Isto se deve a duas causas principais”:	- 1) a inexperiência política dos <i>outsiders</i> reduz a capacidade dos ministros de negociar acordos com outras forças políticas;	- 2) presidentes <i>outsiders</i> podem preferir ministros menos ligados à classe política por estratégia, já que confrontar os partidos lhes traz mais créditos políticos e eleitorais do que colaborar com os partidos. - Fujimori recrutou técnicos independentes em uma proporção muito maior do que seu antecessores (Belaunde e García), que eram políticos profissionais;
	Villagarcia (2014)	- O perfil recorrente dos ministros peruanos pode ser caracterizado como masculino, natural de Lima, entre 40 e 50 anos, educado em universidades das capitais de p, em carreiras vistas como adequadas tais como administração, direito e economia, principalmente, ocupando mais da metade dos postos.		
Colômbia	Mejía, Forero & Oviedo (2021)	- “Variáveis como sexo, vínculo familiar e nível de educação do ministro não demonstram relevância para explicar o tempo de duração em seus cargos em nenhum dos governos analisados (<i>ibidem</i> , p.30)”.	- “A estabilidade dos ministros em governos bipartidários é menor que a duração dos ministros em presidencialismo de coalizão [...] - Durante o período bipartidário, somente 30% dos ministros colombianos duravam mais do que mil dias no cargo, ao passo que no período posterior a 1991 se observa uma taxa de sobrevivência de 60% (<i>ibidem</i> , p.30)”;.	- “Existe maior estabilidade dos gabinetes depois da promulgação da Constituição de 1991 em comparação com o período prévio analisado (1958 e 1990) (<i>ibidem</i> , p.30)”.
Uruguai	Chasquetti, Buquet e Cardarello (2013)	- No Uruguai, há padrões de nomeação de gabinete que são centrais: i) a existência de uma ordem hierárquica baseada na importância política dos ministérios; ii) a nomeação de indivíduos com vínculo partidário (parte são políticos <i>insiders</i> e outros são novatos); iii) a necessidade estratégica do presidente em alcançar apoios legislativos.	- Presidentes uruguaios têm preferências muito definidas na hora de designar seus colaboradores: Para os ministérios mais importantes, escolhem políticos do seu partido a fim de assegurar o controle dessas políticas.	“A distribuição dos ministérios menos relevantes obedece a critérios estratégicos do presidente na hora de construir apoios legislativos para o seu programa de governo”. [...] “Lacalle, Sanguinetti e Battle formaram coalizões de governo utilizando os cargos de gabinete como moeda de troca (<i>ibidem</i> , p. 37)”.

FONTE: Elaborado pelo autor com base nos textos citados na coluna 1.

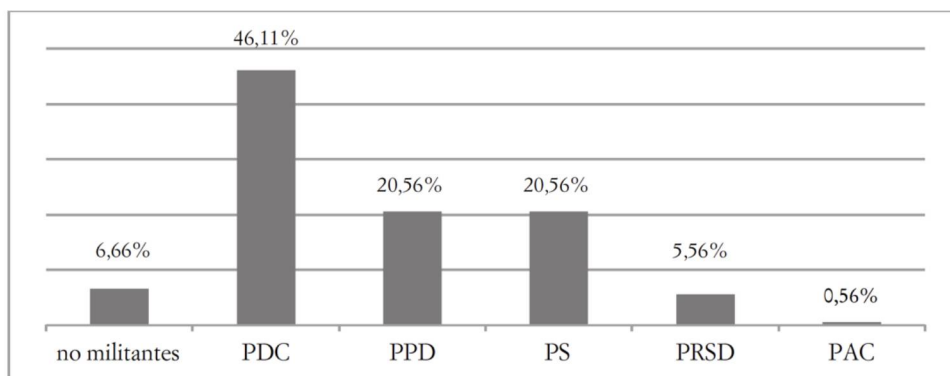
3.5.3 A seleção de ministros no Chile

A variável político profissional também tem destaque na composição dos gabinetes chilenos. Tanto o estudo de Dávila, Lavados y Avendaño (2013), quanto o de González & Garrido (2018) analisam os gabinetes entre 1990 e 2010, portanto, o período em que esteve no poder quatro governos consecutivos eleitos pela “*Concertación de los partidos políticos por la democracia*”.

Dávila, Lavados y Avendaño (2013) destaca que, a despeito dos partidos políticos terem tido singular importância no contexto (1990-2010), não houve impedimentos para que se desenvolvesse no período uma elite *expert*, principalmente ligada aos temas econômicos. O caso chileno, assim como o demonstrado para os gabinetes argentinos, contrasta com a realidade brasileira no que diz respeito aos perfis recrutados para a área econômica. Enquanto a Argentina possui ministros com *expertise* na casa dos 70% para as pastas de jurisdição econômica – mesmo fenômeno visto no Chile, quando Dávila, Lavados y Avendaño (2013) constata uma correlação entre possuir um Doutorado em Economia e ser recrutado como ministro para essa área. Para o caso brasileiro, contudo, esta situação não é observada, como já constata (CODATO & FRANZ, 2018), bem como corroboram outros estudos que analisam ministérios e outros órgãos da área econômica no Brasil (CODATO *et al.*, 2016; TOKUMOTO *et al.*, 2021; TOKUMOTO & FILIPI, 2018).

Novamente, acreditamos, os estudos dos perfis de ministros contribuem para o entendimento do próprio sistema presidencialista, na medida em que os contextos criam situações para o recrutamento de determinado perfil em detrimento de outros (GENÉ, 2016). Para o caso chileno, a “*Concertación de los partidos políticos por la democracia*” mesmo sendo uma coalizão de partidos no pós-ditadura e, portanto, recrutando políticos profissionais dos principais partidos que a compunham (PDC, PPD, OS. PRSD, PAC), como se destaca na Figura 5, não se deixa de observar um alto nível de *expertise* entre os recrutados pela Concertación que “[...] privilegiou militantes com experiência política para os cargos que implicavam uma responsabilidade política maior. [...] Por outro lado [...] não existe uma correlação significativa entre estar em ministério econômico e não ter militância política ou ser independente (DÁVILA, LAVADOS & AVENDAÑO., 2013, p. 67)”.

FIGURA 5 - PARTIDOS DOS MINISTROS DE “LA CONCERTACIÓN” DURANTE TODO O PERÍODO (1990-2010)



FONTE: retirado de Dávila, Lavados e Avendaño (2013, p. 80).

Por mais que sejam políticos profissionais, em especial a configuração dos gabinetes nos dois primeiros governos, os de Aylwin e Frei, a fim de dar conta do arranjo institucional e sociopolítico do período, esses ministros que são recrutados na sua maior parte dentre os partidos da coalizão, não deixam de ter capacidade técnica para as pastas que assume (Dávila, et al. 2013).

Ademais, o capital político do ministro, sua carreira e trajetória nos quadros partidários mostraram significância para a sobrevivência no cargo, o contrário observado quando se analisou o capital técnico do ministro (GONZÁLEZ & GARRIDO 2018). Os autores, diante dos resultados, colocam em evidência a ideia de que, de acordo eles, ministros técnicos/tecnocratas teriam mais força na composição de gabinetes ministeriais.

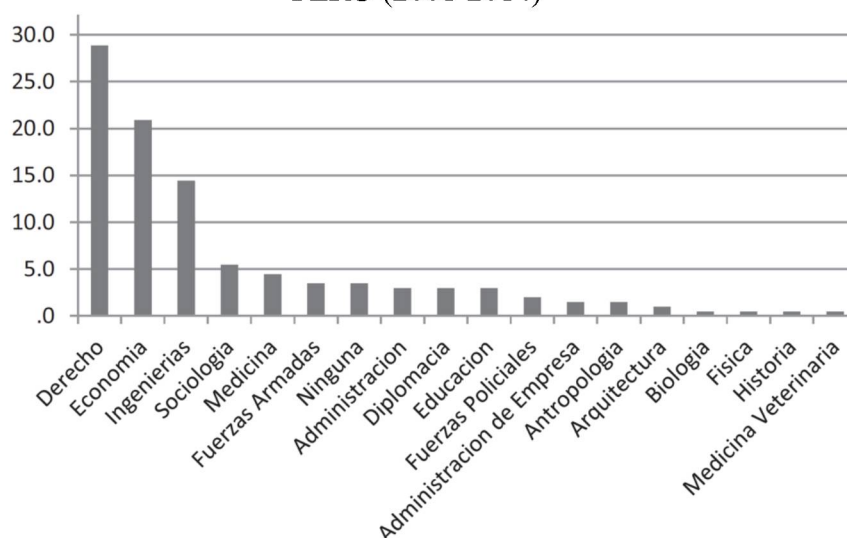
3.5.4 A seleção de ministros no Peru

Os dois trabalhos que analisam os gabinetes ministeriais no Peru (CARRERAS, 2013; VILLAGARCIA, 2014) o fazem analisando períodos distintos. Enquanto o primeiro procura analisar os gabinetes do primeiro mandato de Fujimori; o segundo discute a composição ministerial no pós-fujimorismo entre os anos de 2001-2014.

Carreras (2013) traz um achado central – tentando estabelecer uma tipologia de ministros recrutados por presidentes *outsiders* – o de que esse perfil de presidente “de fora da política”, quando chega ao poder tende a nomear ministros com pouca ou nenhuma experiência política e sem filiação partidária (Quadro 3). O trabalho de Villagarcia (2014) dialoga com o tipo de investigação feita por (D’Araújo & Ribeiro, 2018a) em que o objetivo é mapear os perfis levando em conta atributos como sexo, trajetória educacional, demografia das nomeações, etc.

Um achado que vai ao encontro de gabinetes dos outros países analisados são as profissões que mais se destacam: Direito, Economia e Engenharia, fato observado para o Brasil (CODATO & FRANZ, 2018; D'ARAÚJO & RIBEIRO, 2018a; PALOTTI & CAVALCANTE, 2019) e Argentina (GENÉ, 2016; POMARES *et al.*, 2014).

FIGURA 6 - PROFISSÕES (%) NA COMPOSIÇÃO DOS MINISTÉRIOS DO PERU (2001-2014)



FONTE: retirado de Sosa Villagarcia (2014, p. 46)

No que diz respeito à participação de políticos profissionais, o trabalho de Villagarcia (2014) não permite estabelecer um padrão, mesmo que alguns ministérios tenham mais políticos profissionais e outras pastas sejam designadas a independentes. Enquanto os ministérios de Mulheres, Habitação, população vulnerável são designados a políticos; os de Economia e Justiça, por exemplo, são dados a independentes (VILLAGARCIA, 2014, P. 45). Cabe observar, com cuidada atenção, dado o limite dos dados fornecidos, que a realidade da participação de ministros políticos e independentes no Peru parece contrastar com os demais países da região. O autor destaca que, levando em conta as *designações ministeriais*, o período de 2001-2014 esteve na casa dos 30% para independentes e 30% para “partidários” e que esse percentual obteve significativa mudança no governo de Ollanta Humalla (2011-2016), quando

o percentual de independentes chegou a quase 50% do ministros (VILLAGARCIA, 2014, p. 44)¹⁷.

3.5.4 A seleção de ministros no Uruguai

O artigo de Chasquetti, Buquet & Cardarello (2013) analisa a composição do gabinete uruguaio a partir de três perspectivas: o perfil, a sobrevivência e a coalizão. Ao contrário de Camerlo (2013), no entanto, os autores compreendem a coalizão como essencial ao funcionamento do sistema presidencialista no Uruguai e que os perfis têm inteira relação com esse processo.

De longe, o gabinete uruguaio, ao menos em comparação aos estudos abordados nesta revisão, parece ser o mais estáveis de todos: entre 1985 e 2012 foram 6 presidentes e 9 gabinetes apenas como demonstra a Figura 7.

Ademais, como consta mais detalhadamente no Quadro 3, os objetivos que têm o presidente uruguaio para a nomeação de ministros são muito claro: ordem hierárquica com base em importância dos ministérios, nomeação de quadros (de carreira e novatos) e a necessidade estratégica de obter apoios no legislativo são fundamentais. Dessa forma, os perfis dos ministros têm total importância – seja para atender ao partido do presidente e suas facções internas, comum à política uruguaia, seja para tender os parceiros da coalizão – a fim de conformar, principalmente a coalizão necessária à governabilidade, de acordo com o tipo do gabinete.

¹⁷ É importante salientar que os dados apresentados pelo autor, ao menos no que diz respeito à categoria político ou não político (independente), carecem de relativa clareza e aprimoramento. Ademais, falta uma conceituação para determinar a categoria ministro político (ou não), a fim de que seja possível identificar variáveis e mecanismos de mensuração utilizados para chegar a tal conclusão.

FIGURA 7 - GABINETES FORMADOS NO URUGUAI ENTRE 1985-2012

Presidentes	Período	Tipo de gabinete	Ministros	Partido del Pte.	Partidos socios	Independientes	ICPG*	ICFG*
Sanguinetti I	1985-90	Partido minoritario	11	8	0	3	—	0,899
Lacalle I	1990-92	Coalición mayoritaria	12	8	4	0	0,905	0,818
Lacalle II	1992-93	Coalición minoritaria	12	10	2	0	0,744	0,742
Lacalle III	1993-95	Coalición minoritaria	12	10	2	0	0,738	0,754
Sanguinetti	1995-00	Coalición mayoritaria	12	7	4	1	0,887	0,813
Batlle I	2000-02	Coalición mayoritaria	13	8	5	0	0,936	0,910
Batlle II	2002-05	Partido minoritario	13	11	0	2	—	0,839
Vázquez	2005-10	Partido mayoritario	13	12	0	1	—	0,801
Mujica	2010-12	Partido mayoritario	13	12	0	1	—	0,835

* Índice de Congruencia Partidista del Gabinete e Índice de Congruencia de Fracciones en el Gabinete.
Fuente: Elaboración propia.

FONTE: retirado de Chasqueti, Buquet e Cardarello (2013, p. 21)

3.5.4 A seleção de ministros na Colômbia

A seleção de ministros na Colômbia ganhou destaque já na apresentação dos textos, na seção 1, quando utilizamos os argumentos do artigo (MEJÍA, FORERO & OVIEDO, 2021) para chamar a atenção de um fator que se colocava na hipótese do autor: a de que gabinetes multipartidários têm chances de ser mais estáveis, dados os custos de que tem de dispor o presidente para manejar a troca junto aos outros agentes da coalizão.

O principal achado do trabalho se concentra em mostrar os períodos distintos a que está submetido o sistema partidário colombiano: entre 1958 e 1990, o país vive um sistema bipartidário, ao passo que entre 1991-2018 (período final da análise dos autores), A Colômbia vem se configurando como um sistema multipartidário, que necessita, portanto, de coalizão para governar.

É interessante observar que ao lidar com modelos de riscos proporcionais de Cox, o artigo mostra que os perfis e variáveis se mostram distintas quando se modificam os modelos de organização do sistema partidário. Ao passo que quando é bipartidário, possuem significância estatística variáveis como proximidade a eleição seguinte, se o ministro é da região Andina, se é do mesmo partido do presidente, se há exerceu algum cargo anterior, o tipo de governo, além de identificar se o partido do ministro conta com maioria ou não no Senado. Por outro lado, a partir de 1991, na configuração multipartidária, destacam-se as seguintes variáveis: se é do partido do presidente, se dirige uma pasta de importância, se conta com maioria no Senado e o tipo de governo.

Por fim, indo novamente ao encontro da perspectiva que permeia a maior parte dos trabalhos, a de que perfis podem contribuir na explicação do sistema presidencialista e de seus arranjos, os autores ressaltam que “o caso colombiano mostra que as características individuais dos ministros são importantes no momento de explicar a sua duração no cargo, ao passo que são as características institucionais que mais recaem e influem sobre sua estabilidade (MEJÍA, FORERO, & OVIEDO, 2021, p. 29)”.

3.6 As conclusões dos trabalhos

A seguir apresentamos as principais conclusões a que chegam os autores (algumas literais, quando são esquematizadas sucintamente no trabalho; outras foram resumidas para facilitar a compreensão) e em alguns casos, não só a conclusão da discussão, há também as agendas futuras que foram abertas para discussão no momento da publicação. Faremos rápidos comentários e insights que julgamos importantes para, em seguida, irmos às conclusões do trabalho em si, fazendo um balanço dos achados e das conclusões que podemos chegar frente a nossa pergunta de pesquisa, bem como aos objetivos que tínhamos propostos.

QUADRO 9 - AS PRINCIPAIS CONCLUSÕES DOS TRABALHOS SELECIONADOS

	Auto (ano)	Principais conclusões dos trabalhos selecionados
Brasil	Inácio (2013)	O estudo chamou a atenção para as oportunidades de retenção e renovação dos quadros partidários que surgem a partir das nomeações ministeriais, dado que partidos com maiores bancadas tendem a recompensar seus quadros de carreira e os com menores criam oportunidades de acesso ao gabinete para políticos sem experiência e com trajetórias no setor privado.
	D'Araújo & Ribeiro (2018)	“A pesquisa contribuiu para entender dois aspectos importantes dos gabinetes no Brasil: De um lado sua capacitação acadêmica e composição social; de outro, a distribuição regional díspar, posto que leva em conta as disparidades econômicas e sociais entre as regiões do país” (<i>ibidem</i> , p.57).
	Codato & Franz (2018)	“O índice de expertise dos ministros de Estado nos governos petistas é muito semelhante ao índice apresentado pelos ministros nos governos tucanos. Também a despeito de outros estudos não terem encontrado diferenças significativas entre ministros da base aliada e ministros do governo (Inácio, 2013), identificamos maior expertise nos ministros tucanos e petistas em seus respectivos governos [partido do presidente] do que nos ministros indicados pelos partidos-apoio [base aliada] no Congresso” (<i>ibidem</i> , p. 794).
	Palotti & Cavalcante (2019)	“[...] perfis [de ministros] se alteram de forma significativa segundo os mandatos presidenciais. [...] Em relação à experiência político-partidária, os valores são marcadamente maiores para os governos petistas que para os mandatos tucanos. Para o vínculo político a distribuição se altera, com maior proporção de ministros com esse perfil na presidência de Itamar Franco e FHC do que nos governos petistas, o que era de se esperar em razão da existência de políticos provenientes de famílias tradicionais nesses governos” (<i>ibidem</i> , p.14).
Argentina	Camerlo, (2013)	“A pesquisa internacional sobre a rotatividade ministerial tem explicado as remoções de ministros como derivações dos ajustes institucionais próprios do parlamentarismo e a evidência apresentada [...] [para o caso argentino] [...] mostra que os chefes de governo podem estar respondendo a outras lógicas” (<i>ibidem</i> , p.).
	Pomares <i>et al.</i> (2014)	“A conformação do gabinete na Argentina contrasta com a experiência de outros sistemas presidencialistas da região, caracterizados pelo multipartidarismo (Brasil, Chile e Uruguai)” (<i>ibidem</i> , p.7).
	Gené (2016)	“A profissão de ministro, assim como [outra] profissão política, também requer competências e destrezas diversas, que se combinam com os distintos indivíduos. Os <i>experts</i> da área econômica podem ser experientes políticos e a confiança com o presidente ou o seu entorno direto podem permear todas as áreas do governo” (<i>ibidem</i> , p. 17).

	Auto (ano)	Principais conclusões dos trabalhos selecionados
Chile	Dávila, Lavados e Avendaño (2013)	O recrutamento de ministros da área econômica com alto nível de expertise (com doutorado em Economia), pode ser explicado como uma estratégia que a coalizão de centro-esquerda (La Concertación) teve desde seu primeiro governo: a busca pelo controle das variáveis macroeconômicas como requisito para a estabilidade política de modo a evitar situações de tensão e conflito social, como havia ocorrido durante a experiência do governo “de la unidade popular” entre 1970 e 1973” (<i>ibidem</i> , p. 67).
	González & Garrido (2018)	“[...]no caso dos líderes partidários, ou seja, aqueles que só possuem capital político, a nomeação tem um caminho mais longo e hierarquizado e a carreira posterior é muito mais intensa e com diversas possibilidades de circulação [...]” p. 51 “[...] ainda que se identifiquem padrões específicos para atores com estruturas de capitais particulares, é importante considerar que, em geral, se trata de um grupo bastante homogêneo que compartilha diversos círculos sociais” (<i>ibidem</i> , p. 53).
Peru	Carreras (2013)	Os ministros de Fujimori tinham menos autonomia para realizar suas tarefas do que ministros nomeados por políticos de carreira em gestões anteriores. Os gabinetes de Fujimori tinham menos colaboração e trabalho em equipe do que os gabinetes de Belaunde e García. Um aspecto que não se estudou que seria interessante explorar são as consequências de gabinetes com ministros sem experiência política no que diz respeito a governança.
	Villagarcia (2014)	Dado o conteúdo descritivo do trabalho, as conclusões são as mesmas para os principais achados.
Colômbia	Mejía, Forero e Oviedo (2021)	Sobre a maior duração dos ministros no período pós 1991, isso pode ser explicado dado que quanto mais competitiva a arena política e o número efetivo de partidos, mais necessárias são as coalizões de governo. Quanto mais partidos fazem parte da coalizão, maiores são os custos de negociação a que está submetido o presidente. Dessa forma, menores são os incentivos para mudar o gabinete diante de eventos críticos.
Uruguai	Chasquetti, Buquet e Cardarello (2013, p. 15)	“[...] O Uruguai conta com gabinetes estáveis e duradouros, independentemente do partido que exerça o governo ou da beligerância que mostre a oposição. Nove gabinetes em 28 anos de democracia parece ser um registro aceitável e só comparável com os dados de democracias consolidadas. O estudo deixa uma pergunta em aberto: como influi a estabilidade ministerial sobre os resultados de governança? (<i>ibidem</i> , p. 15).

FONTE: elaborado pelo autor, 2022.

5 CONCLUSÕES

Nossa pergunta de pesquisa propunha o questionamento se ministros de Estado, recrutados em diferentes formatos de presidencialismo no contexto latino-americano, resultavam em perfis distintos, de acordo com a pasta que foram selecionados. Mais do que identificar os perfis em si, já expostos pelos trabalhos, era perceber se os estudos de perfis de ministros de Estado permitiam explicar o funcionamento, ou ao menos parte importante, do presidencialismo em cada um dos seis países que compunham nossa análise.

A compilação dos achados permite dizer que sim: estudos de perfis são fundamentais e parte importante para a compressão dos mecanismos a que estão submetidos os gabinetes nos diferentes países da América Latina. Ademais, identificamos o que podemos chamar de “linha mestra” nos estudos, ou seja, uma preocupação que perpassava a quase totalidade dos trabalhos, a de identificar o grau de politização ou não do ministro, além da preocupação com o nível de *expertise* em relação à pasta designada. O que tínhamos para análise girava entorno da lógica: ministro técnico ou político? Não só. Quão técnico e quão político o são. Além disso, alguns autores perguntavam quais os mecanismos que explicavam a escolha desse ministro, bem como o que determinava a sua continuidade ou a saída da pasta.

Resgatando o que propusemos com o Diagrama de Venn (Figura 2), tínhamos três perspectivas a que estavam submetidas as temáticas de trabalho: estudos sobre perfis, sobre sobrevivência e sobre coalizão (ou o a negativa dela como teoria explicativa). Dos trabalhos que classificamos essencialmente como de análise de perfis (CARRERAS, 2013; CODATO & FRANZ, 2018; D’ARAÚJO & RIBEIRO, 2018; GENÉ, 2016), todos eles, em alguma medida, explicavam o funcionamento do sistema presidencialista em seu país.

O caso de (Codato & Franz, 2018) trazia de forma latente a preocupação que elencamos como balizadora dos trabalhos: ministros políticos ou técnicos? A resposta a que chegaram, mesmo que possuisse diferença no nível dessa politização (ou não politização) em relação a outros trabalhos como o de Palotti & Cavalcante (2019) expunham a complexidade por trás da resposta. Ministros, no caso brasileiro, como investigavam os autores, são políticos, mas nem por isso deixam de possuir competências ligadas à sua área, dado que na complexa engenharia do sistema multipartidário brasileiro, por vezes o presidente necessita alocar diferentes atores (D’Araújo & Ribeiro, 2018) com capacidades políticas e/ou técnicas para atender as demandas dos diferentes contextos.

Da mesma forma, os partidos respondem a essas demandas com diferentes escolhas dos seus quadros, ora contemplando quadros de carreira, ora alçando novatos e figuras mais

técnicas para atender, também, as suas necessidades e interesses próprios, seja o partido mais representativo e estruturado, seja o partido ainda em processo de institucionalização (Inácio, 2013).

Nesse sentido, os perfis argentinos, por exemplo, são explicativos ao fenômeno econômico e as constantes intempéries a que está submetidos o país nesta área, uma vez que recrutam quadros quase que estritamente técnicos para essa jurisdição (GENÉ, 2016). Na tentativa de explicar fenômenos específicos da política, os perfis também permitiram compreender o funcionamento do presidencialismo, quando se identificou que presidentes *outsiders* recrutavam ministros com quase nenhuma experiência política em seus quadros, buscando não contrastar com os objetivos do presidente “de fora” da política (CARRERAS, 2013).

No diagrama de Venn, em uma segunda intersecção possível figuravam os estudos sobre perfis e os mecanismos de coalizão (INÁCIO, 2013; DÁVILA, LAVADOS & AVENDAÑO, 2013; PALOTTI & CAVALCANTE, 2019L; POMARES, *et al.*, 2014), e, outra que mesclava além destes dois (perfis e coalizo) a questionamento sobre a sobrevivência dos ministros (CHASQUETTI, BUQUET & 2013; CAMERLO, 2013).

Nessa perspectiva, os estudos permitiram identificar os diferentes agentes da coalizão, ou seja, distintos ministros que atendiam à busca por apoio junto ao Congresso Nacional (PALOTTI & CAVALCANTE, 2019) ou os arranjos internos, próprios das facções do partido do presidente, como no caso uruguaio (CHASQUETTI, BUQUET & 2013, 2013) ou ainda nos arranjos de coalizões eleitorais (DÁVILA, LAVADOS & AVENDAÑO, 2013) como demonstrou o caso chileno, em que “La Concertación”, mesmo recrutando político dos partidos que a compunham, não deixou de atender as competências técnicas (GONZÁLEZ & GARRIDO, 2018). Além deste, Mejía, Forero & Oviedo (2021) integrava a quarta intersecção que propusemos no Diagrama de Venn, investigando perfis e sua relação com a sobrevivência (ou não) do ministro no cargo.

Um dos achados centrais a que Mejía, Forero & Oviedo (2021) chama a atenção é à composição de gabinetes em sistemas bipartidários e os que estão inseridos em sistemas multipartidário. Os autores demonstram que no primeiro caso as chances de estabilidade ministerial são maiores, dado que menor o número de atores envolvidos no processo de decisão, menores são os custos de mudança.

Essa lógica ecoou no trabalho de Camerlo (2013) que recusou a teoria de coalizões como mecanismo explicativo para a composição de gabinetes na Argentina. Ao identificar os perfis dos ministros “partidários”, ou seja, que possuíssem filiação partidária, bem como

envolvimento nos postos de comando do partido, identificou que menos da metade dos ministros possuíam esse perfil, que, de acordo com ele, se mostrou insuficiente para explicar a alocação de pastas. Para o caso argentino, outros mecanismos estão à disposição do presidente, que promove outros cálculos, que não o de necessidade de apoio do Legislativo via nomeação de ministros. Dessa forma, Camerlo (2013) expunha que os perfis dos ministros contribuíam para explicar as engrenagens do presidencialismo, cujo sistema se configura como bipartidário, em que o presidente possui, na maioria das vezes, maioria no Legislativo.

Por fim, dois aspectos centrais precisam atenção. Em primeiro lugar, as questões metodológicas, principalmente quanto ao desenho de pesquisa. É inegável o avanço que os estudos mostram (CAVALCANTE & PALOTTI, 2019; CODATO & FRANZ, 2018), bem como a qualidade de que dispunham nesse quesito trabalhos mais “antigos” (CAMERLO, 2013; INÁCIO, 2013). Esse fator se relaciona com o próprio avanço de Revisões sistemáticas na área de Ciência política, dado que um passo a se avançar é uma análise mais aprofundada da qualidade dos estudos, o que este trabalho tentou fazer, ao menos em parte. Salientamos, contudo, que a assertividade nos desenhos de pesquisa, ou seja, uma melhor padronização quanto aos elementos centrais da investigação precisa estar mais evidente e presente nos estudos.

Em segundo lugar, quanto às limitações desse trabalho estão o aperfeiçoamento da própria metodologia de Revisão sistemática, bem como na inserção de outros tipos de estudo, e que ficaram de fora deste trabalho: teses e dissertações, livros e capítulos, bem como outras divulgações científicas que contribuiriam para o entendimento do problema de pesquisa proposto.



Anexo 1. PRISMA 2020 Checklist

Section and Topic	Item #	Checklist item	Location where item is reported
TITLE			
Title	1	Identify the report as a systematic review.	2
ABSTRACT			
Abstract	2	See the PRISMA 2020 for Abstracts checklist.	11
INTRODUCTION			
Rationale	3	Describe the rationale for the review in the context of existing knowledge.	16
Objectives	4	Provide an explicit statement of the objective(s) or question(s) the review addresses.	16
METHODS			
Eligibility criteria	5	Specify the inclusion and exclusion criteria for the review and how studies were grouped for the syntheses.	26
Information sources	6	Specify all databases, registers, websites, organisations, reference lists and other sources searched or consulted to identify studies. Specify the date when each source was last searched or consulted.	27
Search strategy	7	Present the full search strategies for all databases, registers and websites, including any filters and limits used.	
Selection process	8	Specify the methods used to decide whether a study met the inclusion criteria of the review, including how many reviewers screened each record and each report retrieved, whether they worked independently, and if applicable, details of automation tools used in the process.	
Data collection process	9	Specify the methods used to collect data from reports, including how many reviewers collected data from each report, whether they worked independently, any processes for obtaining or confirming data from study investigators, and if applicable, details of automation tools used in the process.	30
Data items	10a	List and define all outcomes for which data were sought. Specify whether all results that were compatible with each outcome domain in each study were sought (e.g. for all measures, time points, analyses), and if not, the methods used to decide which results to collect.	30
	10b	List and define all other variables for which data were sought (e.g. participant and intervention characteristics, funding sources). Describe any assumptions made about any missing or unclear information.	30
Study risk of bias assessment	11	Specify the methods used to assess risk of bias in the included studies, including details of the tool(s) used, how many reviewers assessed each study and whether they worked independently, and if applicable, details of automation tools used in the process.	
Effect measures	12	Specify for each outcome the effect measure(s) (e.g. risk ratio, mean difference) used in the synthesis or presentation of results.	
Synthesis methods	13a	Describe the processes used to decide which studies were eligible for each synthesis (e.g. tabulating the study intervention characteristics and comparing against the planned groups for each synthesis (item #5)).	
	13b	Describe any methods required to prepare the data for presentation or synthesis, such as handling of missing summary statistics, or data conversions.	
	13c	Describe any methods used to tabulate or visually display results of individual studies and syntheses.	
	13d	Describe any methods used to synthesize results and provide a rationale for the choice(s). If meta-analysis was performed, describe the model(s), method(s) to identify the presence and extent of statistical heterogeneity, and software package(s) used.	



Anexo 1. PRISMA 2020 Checklist

Section and Topic	Item #	Checklist item	Location where item is reported
	13e	Describe any methods used to explore possible causes of heterogeneity among study results (e.g. subgroup analysis, meta-regression)	x
	13f	Describe any sensitivity analyses conducted to assess robustness of the synthesized results.	x
Reporting bias assessment	14	Describe any methods used to assess risk of bias due to missing results in a synthesis (arising from reporting biases).	x
Certainty assessment	15	Describe any methods used to assess certainty (or confidence) in the body of evidence for an outcome.	x
RESULTS			
Study selection	16a	Describe the results of the search and selection process, from the number of records identified in the search to the number of studies included in the review, ideally using a flow diagram.	31
	16b	Cite studies that might appear to meet the inclusion criteria, but which were excluded, and explain why they were excluded.	31
Study characteristics	17	Cite each included study and present its characteristics.	
Risk of bias in studies	18	Present assessments of risk of bias for each included study.	
Results of individual studies	19	For all outcomes, present, for each study: (a) summary statistics for each group (where appropriate) and (b) an effect estimate and its precision (e.g. confidence/credible interval), ideally using structured tables or plots.	31/32
Results of syntheses	20a	For each synthesis, briefly summarise the characteristics and risk of bias among contributing studies.	36
	20b	Present results of all statistical syntheses conducted. If meta-analysis was done, present for each the summary estimate and its precision (e.g. confidence/credible interval) and measures of statistical heterogeneity. If comparing groups, describe the direction of the effect.	47-51
	20c	Present results of all investigations of possible causes of heterogeneity among study results.	x
	20d	Present results of all sensitivity analyses conducted to assess the robustness of the synthesized results.	x
Reporting biases	21	Present assessments of risk of bias due to missing results (arising from reporting biases) for each synthesis assessed.	x



Anexo 1. PRISMA 2020 Checklist

Section and Topic	Item #	Checklist item	Location where item is reported
Certainty of evidence	22	Present assessments of certainty (or confidence) in the body of evidence for each outcome assessed.	x
DISCUSSION			
Discussion	23a	Provide a general interpretation of the results in the context of other evidence.	66
	23b	Discuss any limitations of the evidence included in the review.	66
	23c	Discuss any limitations of the review processes used.	68
	23d	Discuss implications of the results for practice, policy, and future research.	68
OTHER INFORMATION			
Registration and protocol	24a	Provide registration information for the review, including register name and registration number, or state that the review was not registered.	x
	24b	Indicate where the review protocol can be accessed, or state that a protocol was not prepared.	x
	24c	Describe and explain any amendments to information provided at registration or in the protocol.	x
Support	25	Describe sources of financial or non-financial support for the review, and the role of the funders or sponsors in the review.	x
Competing interests	26	Declare any competing interests of review authors.	x
Availability of data, code and other materials	27	Report which of the following are publicly available and where they can be found: template data collection forms; data extracted from included studies; data used for all analyses; analytic code; any other materials used in the review.	x

From: Page MJ, McKenzie JE, Bossuyt PM, Boutron I, Hoffmann TC, Mulrow CD, et al. The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. BMJ 2021;372:n71. doi: 10.1136/bmj.n71

For more information, visit: <http://www.prisma-statement.org/>

APÊNDICE 1 – DADOS BIBLIOMÉTRICOS

TABELA A - AUTORES MAIS CITADOS NAS REFERÊNCIAS DOS TRABALHOS SELECIONADOS

Autor	Quantidade de vezes citadas
Amorim Neto, O.	32
Chasquetti, D.	16
Blondel, J.	15
Silva, Patricio	14
Martínez Gallardo, C.	12
Camerlo, M.	11
Joignant, A.	11
D'Araujo, M. C.	10
Altman, D. & Castiglioni, R.	9
Escobar-Lemmon, M. & Taylor-Robinson, M. M.	9

FONTE: elaborado pelo autor

TABELA B - PERIÓDICOS MAIS CITADOS NAS REFERÊNCIAS DOS TRABALHOS SELECIONADOS

Periódico/Editora	N	Instituição/País
Comparative Politic Studies	26	
America Latina Hoy	21	
Cambridge University Press	15	
Routledge	15	

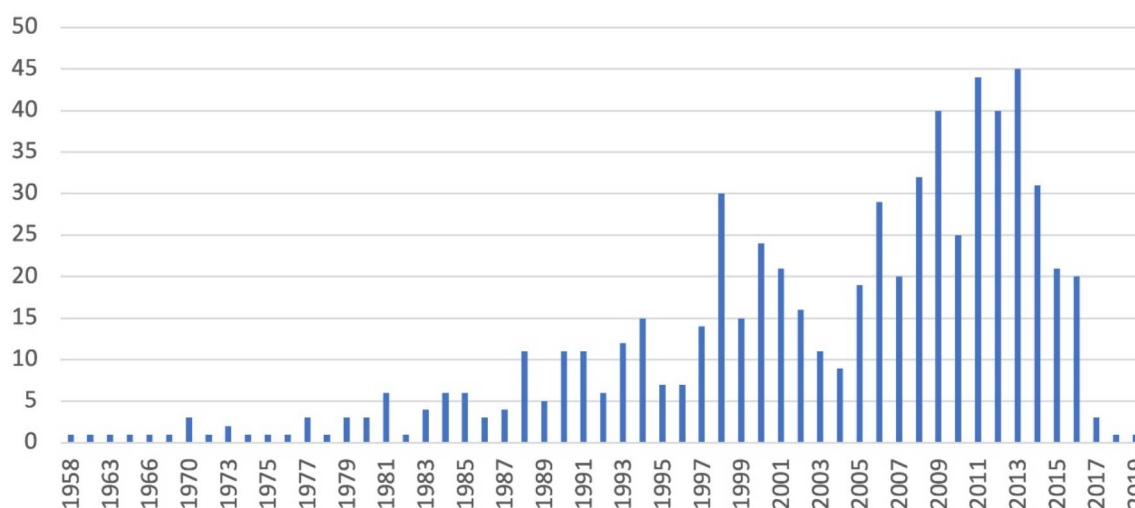
FONTE: elaborado pelo autor

TABELA C - DOCUMENTOS MAIS CITADOS (5 OU MAIS VEZES) NAS REFERÊNCIAS DOS TRABALHOS SELECIONADOS

Documento	Referência	N
The presidential calculus executive policy making and cabinet formation in the America	(NETO, 2006)	6
Democracia, presidencialismo y partidos políticos em América Latina: Evaluando la “difícil combinación”	(CHASQUETTI, 2008)	5
Escogiendo ministros y formando políticos: los partidos en gabinetes multipartidistas	(INÁCIO, 2013)	5
Out of the Cabinet: What Drives Defections from the Government in Presidential Systems?	(MARTINEZ-GALLARDO, 2012)	5

FONTE: elaborado pelo autor, 2022.

FIGURA A - INCIDÊNCIA POR ANO DE REFERÊNCIAS UTILIZADAS NOS TRABALHOS SELECIONADOS



FONTE: elaborado pelo autor com base nas 565 referências utilizadas pelos autores nos 13 trabalhos.

APÊNDICE 3. LISTA DE GOVERNOS ANALISADOS

Argentina									
	Alfonsín	Menem I	Menem II	De la Rúa	R. Saa Duhalde	Kirchner	Fernández I	Fernández II	
Camerlo (2013)	x	x	x	x	x	x	x	x	
Pomares et al (2014)	x	x	x	x	x	x	x	x	
Gené (2016)	x	x	x	x	x	x	x		
Chile									
	Aylwin	Frei	Lagos	Bachelet					
González B & Garrido V. (2018)	x	x	x	x					
Dávila, et al. (2013)	x	x	x	x					
Brasil									
	Sarney	Collor	Itamar	FHC I	FHC II	Lula I	Lula II	Dilma I	Dilma II
Inácio, M. (2013)				x	x	x	x		
Codato A. & Franz P. (2018)				x	x	x	x	x	
D'Araujo, M.C. & Ribeiro, G. (2018)	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Palotti, P. & Cavalcante (2019)		x	x	x	x	x	x	x	x
Peru									
	Belaúnde	García I	Fujimori I	Fujimori II	Toledo	García II	Humala		
Carreras, M. (2013)	x	x	x						
Villagarcia, P. A. (2014)					x	x	x		
Uruguai									
	Sanguinetti I	Lacalle	Sanguinetti II	Batlle	Vázquez	Mujica			
Chasquetti et al. (2013)	x	x	x	x	x	x			
Colombia									
	Governos de 1958 - 1990	Gaviria	Samper	Pastana	Uribe I	Uribe II	Santos I	Santos II	Duque
Mejía, Forero e Oviedo (2021)	x	x	x	x	x	x	x	x	x

FONTE: elaborado pelo autor, 2022

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, S. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 5-38, 1988.
- JOANNA BRIGGS INST. Adelaide, 2017.
- ALMEIDA, D. R. **Representação além das eleições**. São Paulo: Paco Editorial, 2015.
- AMORIM NETO, O. Presidential cabinets, electoral cycles, and coalition discipline in Brazil. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 3, p. 479-519, 2000. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582000000300003>
- AMORIM NETO, O. The presidential calculus: Executive policy making and cabinet formation in the Americas. **Comparative Political Studies**, Oxford, v. 39, n. 4, p. 415–440, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1177/0010414005282381>
- AMORIM NETO, O. O Poder Executivo, centro de gravidade do Sistema Político Brasileiro. *In*: AVELAR, L & A. CINTRA, O. (Org.). **Sistema Político Brasileiro: Uma Introdução**. 2ed. Rio de Janeiro: Revista e Ampliada, 2007, p.131-141.
- AMORIM NETO, O. Formação de gabinetes presidenciais no Brasil: coalizão versus cooptação. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p.9–34, 1994.
- BATISTA, M. O poder no Executivo: uma análise do papel da Presidência e dos Ministérios no presidencialismo de coalizão brasileiro (1995-2010). **Opinião Pública**, Campinas, v. 19, n. 2, 449-473, 2013.
- BATISTA, M. O poder no executivo: Explicações no presidencialismo, parlamentarismo e presidencialismo de coalizão. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba v. 24, n. 57, p. 127–155, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1678-987316245705>
- BERTHOLINI, F. & PEREIRA, C. Pagando o preço de governar: custos de gerência de coalizão no presidencialismo brasileiro. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 4, p. 528-550, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-7612154969>
- BERSCH, K., PRAÇA, S., & TAYLOR, M. M. State capacity, bureaucratic politicization, and corruption in the Brazilian state. **Governance**, Hoboken, v. 30, n. 1, 105-124, 2017.
- BORGES, A. & COELHO, D. O Preenchimento de Cargos da Burocracia Pública Federal no Presidencialismo de Coalizão Brasileiro: análise comparativa de dois ministérios – ciência e tecnologia e integração nacional. *In*: Lopez, F. G. (Org.). **Cargos de confiança no presidencialismo de coalizão brasileiro**. Brasília: IPEA, p. 71-105, 015.
- BORGES, A. & TURGEON, M. Presidential coattails in coalitional presidentialism. **Party Politics**, Sussex, v. 25, n. 2, 192–202, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1177/1354068817702283>
- CAMERLO, M. Gabinetes de partido único y democracias presidenciales. Indagaciones a partir del caso Argentino. **América Latina Hoy**, Salamanca, v. 64, p. 119–142, 2013. DOI: <https://doi.org/10.14201/alh.10245>

- CANELO, P. Represión, consenso y “diálogo político”. El Ministerio del Interior durante la última dictadura militar argentina. **Política**, Santiago, v. 52, n. 2, p. 219-241, 2014.
- CARDOZO, H.A.B. & PRATTI, L.P. Perfil e trajetória política da elite ministerial brasileira de 1995 a 2015. *In: Encontro da ABCP*. Belo Horizonte, p. 1–24, 2016.
- CARRERAS, M. Presidentes outsiders y ministros neófitos: Un análisis a través del ejemplo de Fujimori. **América Latina Hoy**, Salamanca, v. 64, p. 95–118, 2013. DOI: <https://doi.org/10.14201/alh.10244>
- CARROLL, R. & COX, G. The Logic of Gamson’s Law: Pre-election Coalitions and Portfolio Allocations. **American Journal of Political Science**, Bloomington, v. 51, n. 2, p. 300-313, 2007. DOI: 10.1111/j.1540-5907.2007.00252.x
- CAVALCANTE, P., & PALOTTI, P. Entre a política e a técnica: quem são os Ministros dos governos democráticos no Brasil (1990 a 2014)? *In: 10o. Encontro Da ABCP*, Belo Horizonte, p. 1–31, 2016.
- CHASQUETTI, D., BUQUET, D., & CARDARELLO, A. Cabinet appointment in Uruguay: Legislative strategy, hierarchy of portfolio and party affiliation of ministers. **América Latina Hoy**, Salamanca, v. 64, p. 15–40, 2013.
- CODATO, A., CAVALIERI, M., PERISSINOTTO, R. & DANTAS, E. G. Mainstream econômico e poder: Uma análise do perfil dos diretores do Banco Central do Brasil nos governos do PSDB e do PT. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 26, n. 3, 687–720, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-6351/2845>
- CODATO, A. & FRANZ, P. Technical-ministers and politician-ministers during PSDB and PT presidencies. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 5, 776–796, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-7612174301>
- COELHO, A. L. & MENDES, M. A sofisticação do neogolpismo: dos protestos de 2013 à destituição de Dilma Rousseff. **Sul Global**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 212-232, 2020.
- COUTO, L., SOARES, A. & LIVRAMENTO, B. Presidencialismo de coalizão: conceito e aplicação. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, p. 1-39, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2021.34.241841>
- D’ARAÚJO, M. C. **A elite dirigente do governo Lula**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- D’ARAÚJO, M. C. PSDB e PT e o Poder Executivo. **Desigualdade e Diversidade**, Rio de Janeiro, n. 9, p. 65-100, 2011.
- D’ARAÚJO, M. C. S. & RIBEIRO, G. L. Socioeducational trajectory of the Brazilian ministers in the New Republic (1985-2014). *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 26, n. 65, p. 39–61, 2018a. DOI: <https://doi.org/10.1590/1678-987317266503>
- D’ARAÚJO, M. C. S. & RIBEIRO, G. L. Socioeducational trajectory of the Brazilian ministers in the New Republic (1985-2014). **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 26, n. 65, 39–61, 2018b. DOI: <https://doi.org/10.1590/1678-987317266503>
- DÁVILA, M., LAVADOS, A. O. & AVENDAÑO, O. Los gabinetes de la concertación en

- Chile (1990-2010). **America Latina Hoy**, Salamanca, v. 64, p. 67–94, 2013.
- DE MOURA PALOTTI, P. L., & COSTA CAVALCANTE, P. L. Ministerial Appointments Strategies: Between policy and public policy. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 27, n. 70, p. 1–20, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1678987319277001>
- DOWDING, K. & DUMONT, P. Structural and strategic factors affecting the hiring and firing of ministers. *In*: DOWDING, K. (Org.) & DUMONT, P. **The selection of ministers in Europe: hiring and firing**, Routledge, Londres, p. 1-20, 2009.
- ESCOBAR-LEMMON, M. & TAYLOR-ROBINSON, M. M. Women ministers in Latin American government: When, where, and why? **American Journal of Political Science**, Bloomington, v. 49, n. 4, p. 829-844, 2005.
- ESCOBAR-LEMMON, M. & TAYLOR-ROBINSON, M. M. Do Cabinet Ministers in Presidential Systems have Experience in their Portfolio or is On-the-Job Training the Norm? *In*: **International Political Science Association Meeting**, Santiago, 2009.
- FELIÚ, P. Sobrevivindo a reformas, impopularidade y casos de corrupción: el presidencialismo de coalición del Brasil de Temer. **Revista de Ciencia Política**, Santiago, v. 38, n. 2, p. 181-206, 2018.
- FERNANDINI, P. W., & SOUSA, R. F. **The distribution of powers and responsibilities affecting forests, land use, and REDD+ across levels and sectors in Peru: A legal study**. Bogor: CIFOR, 2015.
- FIGUEIREDO, J. A. & LIMONGI, F. Democratic institutions and regime survival: Parliamentary and presidential democracies reconsidered. **Annual Review Of Political Science**, Cambridge, v. 5, n. 1, p. 151-179, 2002.
- FILIPI, T. M. **Os ministros da Fazenda no Brasil (1889-2015): análise de carreira a partir da expertise ministerial**, 2018. 80 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.
- FIGUEIREDO, A. C. & LIMONGI, F. O processo legislativo e a produção legal no congresso pós-constituente. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 38, p. 3-38, 1994.
- FIGUEIREDO, A. C. & LIMONGI, F. O Congresso e as medidas provisórias: abdicação ou delegação? **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 47, p. 127-154, 1997.
- FIGUEIREDO, A. C. & LIMONGI, F. Instituições políticas e governabilidade: desempenho do governo e apoio legislativo na democracia brasileira. *In*: **A Democracia Brasileira: Balanço e Perspectivas Para o Século 21**, Belo Horizonte: UFMG, p. 25–32, 2007.
- FIGUEIREDO, A. C. & LIMONGI, F. Bases Institucionais do Presidencialismo de Coalizão. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, v. 44, p. 81–215, 1998.
- FIGUEIREDO, A. C. & LIMONGI, F. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
- FREITAS, A. **O presidencialismo da coalizão**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer,

2016a.

- FREITAS, A. Unboxing the Active Role of the Legislative Power in Brazil. **Brazilian Political Science Review**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 1-34, 2016b. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-38212016000200004>
- GAYLORD, S. & RENNO, L. Opening the black box: cabinet authorship of legislative proposals in a multiparty presidential system. **Presidential Studies Quarterly**, Washington, v. 45, n. 2, p. 247-269, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1111/psq.12186>
- GENÉ, M., PERISSINOTTO, R. & CODATO, A. (2017). Recrutamento ministerial em regimes presidenciais : Brasil e Argentina pós- redemocratização *In: 9º Congresso Latinoamericano de Ciencia Política*, AUCIP, Montevideo.
- GENÉ, M. (2016). Los elencos del presidente. Expertise, destrezas políticas y anclajes sociales en el gabinete de ministros (Argentina, 1983-2011). **Anais 10º Encontro Associação Brasileira de Ciência Política**, Belo Horizonte, v. 2, n. 21, p. 1-22, 2016.
- GIORGI, G. I. Los factores “extrapolíticos” de la carrera política: una aproximación a las sociabilidades de los ministros de la nación en la Argentina (1854-2011). **Política**. Santiago, v. 52, n. 2, p. 243–275, 2014. DOI: <http://doi.org/10.5354/0716-1077.2014.36158>
- GONZÁLEZ B, B. & GARRIDO V., L. Socialización, trayectorias y poscarrera de ministros en Chile, 1990-2010. **Política y Gobierno**, Cidade do México, v. XXV, n. 1, p. 31–64, 2018.
- GRANT, M. J. & BOOTH, A. A typology of reviews: An analysis of 14 review types and associated methodologies. **Health Information and Libraries Journal**, Oxford, v. 26, n. 2, p. 91–108, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1471-1842.2009.00848.x>
- HEITOR MARQUES, H. & SANTIAGO JUNIOR, J. F. Fundamentos de revisões sistemáticas em odontologia. São Paulo: Quintessence Editora, 2019.
- INÁCIO, M. Escogiendo ministros y formando políticos: Los partidos en gabinetes multipartidistas. **América Latina Hoy**, Salamanca, v. 64, p. 41–66, 2013a. DOI: <https://doi.org/10.14201/alh.10231>
- INÁCIO, M. Escogiendo ministros y formando políticos: Los partidos en gabinetes multipartidistas. **América Latina Hoy**, Salamanca, v. 64, p. 41–66, 2013b.
- JOIGNANT, A. La democracia de la indiferencia. Despolitización, desencanto y malestar em el gobierno de Eduardo Frei Ruiz-Tagle. *In: MUÑOZ, O. & STEFONI, C. (Org.). El período del Presidente Frei Ruiz-Tagle. Reflexiones sobre el segundo gobierno concertacionista*, Santiago: FLACSO Editorial, p. 83-106, 2002.
- LAMEIRA, R. F. Por que caem os presidentes? rejeição popular, oposição majoritária e impeachments no Brasil (1990-2018), 2019. 203 p. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.
- LAMEIRÃO, C., PAIVA, D. & CARVALHO, G. O debate recente nos 30 anos do

- presidencialismo de coalizão: novas abordagens, dimensões de análise e algumas notas sobre a dominância do Executivo. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica Em Ciências Sociais**, São Paulo, n. 93, p. 1–24, 2020.
- LINZ, J. J. The perils of presidentialism. **Journal of Democracy**, v. 1 n. 1, p. 51-69, 1990.
- MAINWARING, S. Presidentialism in Latin America. **Latin American Research Review**, v. 25, n. 1, p. 157-179, 1990.
- MAINWARING, S. Politicians, parties, and electoral systems: Brazil in comparative perspective. **Comparative Politics**, v. 24, n. 1, 21-43, 1991.
- MAINWARING, S. Presidentialism, multipartism, and democracy: The difficult combination. **Comparative Political Studies**, v. 26, n. 2, p. 198-228.
- MARTÍNEZ-GALLARDO, C. & SCHLEITER, P. Choosing whom to trust: Agency risks and cabinet partisanship in presidential democracies. **Comparative Political Studies**, v. 48, n. 2, p. 231-264, 2015.
- MEJÍA, L. B., BARINAS FORERO, A. F. & MORA OVIEDO, M. L.. ¿Es hora de un cambio de ministro? La supervivencia del gabinete en Colombia 1958-2018. **Desafíos**, v. 33, n. 2, p. 1–33, 2021. <https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/desafios/a.8524>
- MELLO, E. & SPEKTOR, M. Brazil: The costs of multiparty presidentialism. **Journal of Democracy**, v. 29, n. 2, p. 113-127, 2018.
- MENEGUELLO, R. **Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985-1997)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- MÜLLER, W. C. & STROM, K. Coalition governments in western Europe. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- NEGRETTO, G. Minority presidents and democratic performance. **Latin American Politics and Society**. v. 48, n. 3, p. 63-92, 2006.
- NOGUEIRA A. H. La tipología de gobiernos presidencialistas de América Latina y gobiernos semipresidenciales en Europa. **Estudios Constitucionales**, v. 15, n. 2, p. 15-82, 2017.
- OLLIER, M. M. & PALUMBO, P. ¿Caso testigo o caso único? Patrones de la formación de gabinete en el presidencialismo argentino (1983-2015). **Colombia Internacional**, Los Andes, n. 87, p. 53-80. DOI: <https://doi.org/10.7440/colombiaint87.2016.03>
- OLIVARES, L. Why Are Ministers Important? The State of the Art on Ministers and Cabinets. In: OLIVARES, L. **Survival of Ministers and Configuration of Cabinets in Chile and Uruguay**. Cham: Springer, p. 19-32, 2022.
- PALERMO, V. Brazilian Political Institutions: an Inconclusive Debate. **Brazilian Political Science Review**, São Paulo, b. 10, n. 2, p. 1–29, 2016. <https://doi.org/10.1590/1981-38212016000200003>
- PALOTTI, P. L. D. M. & CAVALCANTE, P. L. C. Há uma solução única para tudo? Uma análise da alocação dos ministérios no presidencialismo multipartidário brasileiro.

- Opinião Pública**, Campinas, v. 24, p. 427-455, 2018.
- PALOTTI, P. L. D. M. & CAVALCANTE, P. L. C. Estratégias de Nomeações Ministeriais: entre a política e as políticas públicas. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 27, 2019.
- PEREIRA, C. & MUELLER, B. Comportamento estratégico em presidencialismo de coalizão: as relações entre Executivo e Legislativo na elaboração do orçamento brasileiro. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, p. 265-301, 2002.
- PEREIRA, C., POWER, T. J. & Rennó, L. Under what conditions do presidents resort to decree power? Theory and evidence from the Brazilian case. **The Journal of Politics**, v. 67, n. 1, p. 178-200, 2005.
- PEREIRA, C., POWER, T. J., & RENNÓ, L. R. Agenda power, executive decree authority, and the mixed results of reform in the Brazilian congress. **Legislative Studies Quarterly**, v. 33 n. 1, p. 5-33, 2008. DOI: <https://doi.org/10.3162/036298008783743309>
- PÉREZ-LIÑÁN, A. **Presidential impeachment and the new political instability in Latin America**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- PERISSINOTTO, R., CODATO, A., & GENÉ, M. When context matters: Analysis of the ministerial turnover in argentina and Brazil after redemocratization. **Revista Brasileira de Ciencias Sociais**, São Paulo, v. 35, n. 104, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/3510412/2020>
- PETERS M. D. *et al.* Guidance for conducting systematic scoping reviews. **International Journal of Evidence-Based Healthcare**, v. 13, n. 3, p. 141-146, 2015. DOI: 10.1097/XEB .0000000000000050
- PETERS M. D. J. *et al.* Scoping reviews. In: AROMATARIS E. & MUNN Z. (Org.). **Joanna Briggs Institute Reviewer's Manual**, 2015.
- POMARES, U., LEIRAS, M., PAGE, M., ZÁRATE, S., & ABDALA, M. B. Los caballeros de la mesa chica. La lógica de designación de los gabinetes desde 1983. **Documentos de Análisis de Políticas Públicas**, n. 139, p. 1-12, 2014.
- POWER, T. J. Optimism, pessimism, and coalitional presidentialism: Debating the institutional design of Brazilian democracy. **Bulletin of Latin American Research**, v. 29, n. 1, p. 18-33, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1470-9856.2009.00304.x>
- RAILE, E. D., PEREIRA, C., & POWER, T. J. The executive toolbox: Building legislative support in a multiparty presidential regime. **Political Research Quarterly**, v. 64, n. 2, p. 323-334, 2011.
- SANTOS, F. Patronagem e poder de agenda na política brasileira. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, 1997. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0011-52581997000300007>
- SANTOS, F. Instituições eleitorais e desempenho do presidencialismo no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 1, p. 111-138, 1999.
- SIDDAWAY, A. P., WOOD, A. M., & HEDGES, L. V. How to Do a Systematic Review: A

Best Practice Guide for Conducting and Reporting Narrative Reviews, Meta-Analyses, and Meta-Syntheses. **Annual Review of Psychology**, v. 70, p. 747–770, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1146/annurev-psych-010418-102803>

THIES, M. Keeping Tabs on partners: the logic of delegation in coalition governments. **American Journal of Political Science**, Bloomington, v. 45, n. 3, p. 580-598, 2001. DOI: 10.2307/2669240

TOKUMOTO, A., DIAS, R., DANTAS, E. G. & PERISSINOTO, R. Specialists and Politics: The Recruitment of Presidents and Directors of BNDES in the PSDB and PT Administrations. **Brazilian Political Science Review**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 1–30, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-3821202100020005>

TOKUMOTO, A., & FILIPI, T. M. O conceito de expertise e sua aplicação: O caso dos ministros da Fazenda e presidentes do BNDE no Brasil (1930-1964). **Agenda Política**, São Carlos, v. 6, n. 1, p. 213-246, 2018. DOI: <https://doi.org/10.31990/agenda.2018.1.9>

VALENZUELA, A. A opção parlamentarista para a América Latina. **Lua Nova**, São Paulo, n. 24, p. 55-71, 1991. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451991000200004>

VASSELAI, F. Nomeações ministeriais e importância partidária na democracia de 1946-64: análises comparativas em relação à democracia atual. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, v. 35, p. 173-210, 2009. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-32-encontro/gt-27/gt28-5/2566-fabriciovasselai-nomeacoes/file>.

VILLAGARCIA, P. S. (2014). ¿Todos los ‘hombres’ del Presidente? Una mirada al Poder Ejecutivo a propósito de los ministros y ministras en el Perú post-Fujimori (2001-2014). **Politai**, Lima, v. 5, n. 9, p. 31-59, 2014.

VITULLO, G. E., & da SILVA, F. P. O que a Ciência Política (não) tem a dizer sobre o Neogolpismo Latino-Americano? **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, Brasília, v. 4, n. 2, p. 27-66, 2020.

VOMMARO, G., & GENÉ, M. (2018). Las élites políticas en el Sur: un estado de la cuestión de los estudios sobre la Argentina, Brasil y Chile. Los Polvorines: Ediciones UNGS